

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026
Processo Administrativo nº 931/2025
EDITAL Nº 31/2026

CONTRATANTE (UASG)

926185 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

OBJETO

Contratação de empresa de engenharia, especializada, para realizar a adequação e revisão dos atuais Planos Diretores dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Sorocaba, com o objetivo de possibilitar ao SAAE a contratação de projetos executivos para execução de obras de ampliação dos respectivos sistemas, nesta cidade, dentro dos padrões estabelecidos na Legislação e Normas Técnicas vigentes.

DATA DA SESSÃO

Dia 12/08/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Técnica e Preço

MODO DE DISPUTA:

Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
MUNICÍPIO DE SOROCABA
DIRETORIA DE COMPRAS E SUPRIMENTOS
SETOR DE LICITAÇÕES, SUPRIMENTOS E CONTRATOS**

**EDITAL Nº /2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, DESTINADA À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, ESPECIALIZADA, PARA REALIZAR A ADEQUAÇÃO E REVISÃO DOS ATUAIS PLANOS DIRETORES DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE SOROCABA, COM O OBJETIVO DE POSSIBILITAR AO SAAE A CONTRATAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DOS RESPECTIVOS SISTEMAS, NESTA CIDADE, DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS NA LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS VIGENTES, PELO TIPO TÉCNICA E PREÇO, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 931/2025 – SAAE.....

1. PREÂMBULO.

- 1.1.** De conformidade com o disposto no **Processo Administrativo nº 931/2025-SAAE**, o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA** por meio do Setor de Licitações, Compras e Suprimentos, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberto, a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026** em epígrafe.
- 1.2.** A presente CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA com critério de julgamento **técnica e preço**, processar-se-á nos termos da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar nº 147 de 07/08/2014, Lei Municipal nº 9.449 de 22/12/2010, Decreto Municipal nº 19.533 de 29/09/2011, Decreto Municipal nº 19.533 de 29/09/2011, , Ato Normativo SAAE Sorocaba nº 03/2024, Ato Normativo SAAE Sorocaba nº 05/2024, Ato Normativo SAAE Sorocaba nº 02/2025 (Regulamento Geral da NLLC), bem como das condições estabelecidas neste edital e nos anexos integrantes
- 1.3.** As propostas serão enviadas por meio eletrônico, através da Internet, do dia **22/06/2026** até o dia **12/08/2026**, sendo que o acolhimento das propostas será até às **09:59 horas. A Sessão Pública ocorrerá no dia 12/08/2026, às 10:00 horas.**

- 1.3.1. A participação na presente CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA ocorrerá por meio de ferramenta informatizada **integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br**, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras
- 1.3.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.
- 1.4. Comunicações poderão ser pelo telefone **(15) 3224-5825**, no horário das **08:00 às 17:00 horas**, pelo site desta Administração www.saaesorocaba.com.br, pelo e-mail licitacao@saaesorocaba.sp.gov.br.
- 1.5. **Anexos** que integram este edital:
- I. Especificação do Objeto;
 - II. Estudo Técnico Preliminar
 - III. Termo de Referência;
 - IV. Modelo de Carta Proposta;
 - V. Minuta do Contrato;
 - VI. Declaração de Inexistência de Empregado Menor no Quadro da Empresa;
 - VII. Declaração de contratação de egressos
 - VIII. Declaração - Lei Municipal nº 10.128/2012, Decreto Municipal nº 20.786/2013 e Decreto Municipal nº 20.903/2013;
 - IX. Termo de Ciência e de Notificação;
 - X. Declaração de Documentos à Disposição do Tribunal;
 - XI. Ordem de Serviço;
 - XII. Mídia
 - XIII. Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação;
 - XIV. Declaração de cumprimento de reserva de cargos;

- XV.** Declaração de que a proposta apresentada abrange a integralidade dos custos assegurados pela Constituição Federal;
- XVI.** Declaração de conhecimento das condições de execução dos serviços e renúncia à visita técnica;
- XVII.** Declaração de plena saúde financeira e atendimento aos índices econômicos previstos no edital;
- XVIII.** Declaração de observância do limite legal quanto a valores dentro do ano-calendário para enquadramento como M.E. ou E.P.P.

2. DO OBJETO

- 2.1.** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa de engenharia especializada, para elaboração do Plano Diretor de Controle e Redução de Perdas no Sistema de Abastecimento de Água do Município de Sorocaba, por solicitação da Diretoria de Engenharia, Empreendimentos e Projetos.
- 2.2.** A licitação será realizada em lote único, conforme Anexo I, devendo o fornecedor oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 2.3.** A licitante vencedora deverá contratar e manter egressos das unidades do Sistema Prisional do Estado de São Paulo como mão-de-obra, conforme Lei Municipal nº 11.762/2018.
 - 2.3.1** O quantitativo de vagas, segundo disposto no art. 1º e incisos da lei supra referida deverá obedecer ao seguinte critério:
 - a)** Até 03 (três) postos de trabalho: admissão facultativa;
 - b)** De 04 (quatro) até 06 (seis) postos de trabalho: 01 (um) vaga, com prioridade para egresso;
 - c)** De 06 (seis) até 19 (dezenove) postos de trabalho: 02 (duas) vagas, com prioridade para os egressos;
 - d)** Em 20 (vinte) ou mais postos de trabalho: vagas em número equivalente a 10% (dez por cento) do número total de postos de trabalho, divididas igualmente entre egressos.
- 2.4.** Para o preenchimento das vagas a licitante vencedora deve contatar a Secretaria da Cidadania (SECID).

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.7. **Ficam IMPEDIDAS** de participar:
 - 3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 3.7.3 sociedades cooperativas;
 - 3.7.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

- 3.7.5** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.6** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.7** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.8** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.9** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.10** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.11** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.7.12** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.8.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.9.** O impedimento de que trata o item 3.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a

efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

- 3.10.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.5 e 3.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.11.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.12.** O disposto nos itens 3.7.5 e 3.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.13.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.14.** A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. HABILITAÇÃO.

- 4.1.** A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, conforme procedimentos apresentados no item 3.13 a seguir apresentado, sendo os documentos necessários para a presente licitação:

4.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da NLLC), conforme o caso:

- a)** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- b) para a sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - c) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
 - d) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, **OU** declaração, sob as penas da Lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, **OU** pela adesão da empresa ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME ou EPP – Simples Nacional (disciplinado no Capítulo IV da Lei Complementar nº 123/06);
 - e) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
 - f) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 4.1.2.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 4.1.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da NLLC):**
- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);
 - b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;
 - c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

- c1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive contribuição social**, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c2) Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda E Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Tributários expedidas pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.
- c3) Certidão Negativa de Débitos **Mobiliários** ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos **Mobiliários**, expedida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da certidão negativa (CNDT-EN).

4.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da NLLC):

Será aferida conforme Termo de Referência

a) Visita Técnica FACULTATIVA.

- a1) É facultativa, a visita técnica e, se o fornecedor por ela optar, deverá ser agendada através do e-mail lucas.pinheiro@saaesorocaba.sp.gov.br, com o senhor **Lucas de Sousa Pinheiro**. As empresas interessadas em participar do certame poderão efetuar visita técnica ao sistema de abastecimento de água do Saae Sorocaba para ter conhecimento pleno das peculiaridades do objeto, sendo que a mesma será acompanhada por um técnico desta autarquia, devendo agendar dia e horário para a realização da visita, com informações cadastrais da empresa e representante por ela credenciado.

- a2) Todas os fornecedores deverão apresentar **DECLARAÇÃO** de que tem conhecimento do local e dos serviços a serem executados.

4.1.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA (art. 69 da NLLC):

- a) Fazer prova de possuir capital social registrado ou patrimônio líquido não inferior a 8% (oito por cento) do valor estimado, comprovado através da apresentação da cópia do Certificado de Registro Cadastral, Contrato Social ou alteração contratual devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou apresentação do balanço.
- a1) Se a opção da licitante for pela comprovação do patrimônio líquido deverá ser apresentado o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.
- a1.1) O balanço patrimonial e demonstrações contábeis, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, serão aceitos, na forma da Lei, quando apresentados por meio de:
- Publicação em Diário Oficial; ou
 - Publicação em Jornal; ou
 - Cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.
 - Comprovação por Sped.
- b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios,

podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

b1) O balanço patrimonial e demonstrações contábeis, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, serão aceitos, na forma da Lei, quando apresentados por meio de:

- Publicação em Diário Oficial; ou
- Publicação em Jornal; ou
- Cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.
- Comprovação por Sped.

b2) A boa situação financeira da licitante será aferida mediante obtenção do Índices de Liquidez Geral (**LG**), **igual ou superior a 1**, Solvência Geral (**SG**), **igual ou inferior a 2** e Liquidez Corrente (**LC**), **igual ou superior a 1**, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b3) As empresas recém-constituídas e que não tenham promovido a apuração dos primeiros resultados, poderão participar do certame apresentando o seu “balanço de abertura” que demonstre a sua situação econômico-financeira, devidamente registrado.

b4) Nos termos da NBC-T-2.1 do Conselho Federal de Contabilidade, o balanço e demais demonstrações contábeis de encerramento de exercício deverão ser

obrigatoriamente assinadas por contador credenciado e pelo titular de empresa ou seu representante legal.

- c) “Certidão Negativa de Falência”, expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante pessoa jurídica ou empresário individual.
 - c1) Nos casos de Recuperação Judicial e Extrajudicial, serão aceitas certidões positivas, com demonstração do plano de recuperação, já homologado pelo juízo competente em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira.

4.1.6. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

- a) Declaração de que não existem no quadro de funcionários da empresa, menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregado com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Anexo VI.
- b) Declaração contendo a quantidade de vagas que serão disponibilizadas aos egressos em relação aos postos de trabalho a serem demandados e ocupados para fins da execução do objeto, assinada por representante legal da licitante ou por procurador/credenciado, em cumprimento ao exigido no subitem 2.3, conforme Anexo VII;
- c) Declaração de que a licitante atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei; (art. 63, inciso I, Lei 14.133/21), conforme Anexo XIII.
- d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; (arts. 63, inciso IV, 92, inciso XVII, 116 e 137, incisos IX, todos da Lei 14.133/21, bem como da Lei Municipal nº 12.859/2023), conforme Anexo XIV.
- e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos

termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; (art. 63, inciso § 1º, Lei 14.133/21), conforme Anexo XV.

- f) Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, caso a empresa opte por não realizar vistoria nos locais a serem prestados os serviços, (art. 63, § 3º, Lei 14.133/21), conforme Anexo XVI.
- g) Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital, bem como a boa saúde financeira da empresa licitante. (art. 69, § 1º, Lei 14.133/21), conforme Anexo XVII.
- h) Declaração de que no presente ano-calendário de realização da licitação a licitante, ME ou EPP, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, atestando ciência quanto a observância desse limite legal. (art. 4º, § 2º, Lei 14.133/21), conforme Anexo XVIII.

4.1.6.1. Comprovação dos poderes de representação através da apresentação de procuração que designe expressamente seu representante para assinatura de declarações, carta proposta e demais atos pertinentes ao certame.

- 4.2. Na hipótese de não constar prazo de validade das certidões apresentadas, este SAAE aceitará como válidas as expedidas até **180 (cento e oitenta) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação da proposta na plataforma gov.
- 4.3. **Se a licitante estiver credenciada com o CNPJ-MF da matriz, todos os documentos habilitatórios deverão ser apresentados com o CNPJ-MF da matriz, ou se estiver credenciada com o CNPJ-MF da filial, todos os documentos habilitatórios deverão ser apresentados com o CNPJ-MF da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.**
- 4.4. **Não serão aceitos** documentos com indicação de **CNPJ diferentes**, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 4.5. **Caso o fornecedor pretenda cumprir o objeto do certame por pessoa jurídica distinta da credenciada, considerando exclusivamente matriz e**

filial, deverá apresentar regularidade fiscal e trabalhista de ambas, bem como indicar essa condição através de declaração/informação apresentada juntamente com os documentos habilitatórios/proposta.

- 4.6.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 4.7.** **Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.**
- 4.8.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste CONCORRÊNCIA Nº 05/2026.
- 4.9.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o será examinada a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 4.10.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

OBS.: Solicita-se, para facilitar a análise e julgamento dos documentos, que estes sejam apresentados na ordem enumerada acima.

5. PROPOSTA ESCRITA.

- 5.1.** A licitante arrematante deverá apresentar a proposta por escrito, observando o Modelo de Carta Proposta - Anexo IV e procedimentos informados no item 7.
 - 5.1.1.** A proposta deverá ser apresentada juntamente com os documentos habilitatórios.
 - 5.1.2.** Deverá ser apresentado comprovante de Enquadramento de ME ou EPP, se for o caso.
 - 5.1.3.** A proposta de preço deverá conter as seguintes informações:
 - a) Razão social e endereço completo da empresa (CNPJ do faturamento);**

- b) Data e assinatura do representante legal da empresa (será aceita assinatura digital, desde que cumpram as normas regulamentadoras do ICP-Brasil);
- c) Indicação com qualificação de quem assinará o contrato, nos termos do exercício da administração constituídos na habilitação jurídica, informando CPF, RG, e-mail institucional, e-mail pessoal, data de nascimento, endereço residencial, telefone e cargo, na hipótese de adjudicação;
- d) Indicação do preposto da contratada;
- e) Prazo de validade não inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de sua apresentação;
- f) Telefone, endereço completo e e-mail para envio de correspondência;
- g) Agência bancária e nº da conta corrente para pagamento.
- h) O preço unitário (CIF), já inclusas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do fornecimento, como frete, embalagens, impostos e outros que porventura possam ocorrer;

5.1.4. Após o recebimento da proposta, seja ela eletrônica ou escrita, não serão admitidas, salvo em casos de inexecutabilidade, pedidos de desclassificação por enganos ou erros no preenchimento. Em que pese, havendo erros de digitação, devidamente evidenciados e assim entendidos pelo Agente de Contratação, tais propostas, e tão somente nestas circunstâncias, poderão ser desclassificados, conforme procedimentos descritos no item 6.

6. PROCEDIMENTOS

- 6.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.
- 6.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior,

simultaneamente os documentos de habilitação, a proposta de técnica e a proposta de preço deste Edital.

6.3.1. Na hipótese acima, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo 8 deste Edital.

6.4. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

6.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

6.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

6.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

6.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

6.5.5. cujo sócio ou titular seja, administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

6.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

- 6.5.7.** que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 6.5.8.** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 6.5.9.** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 6.5.10.** constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 6.5.11.** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 6.6.** A falsidade da declaração de que trata o item 6.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 6.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.
- 6.9.** Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva.
- 6.10.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.11.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, conforme Termo de Referência
- 7.2. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 7.2.1. Valor unitário e total do item;
- 7.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.5. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 7.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
 - 7.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 7.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 7.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

- 7.10. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.
- 7.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 7.12. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 9.3 deste Edital.
 - 8.2.1 Eventual postergação do prazo a que se refere o item 8.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.
- 8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 8.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.5. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme revisto no art. 14 da Lei nº 14.133, de

2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.5.1 SICAF;

8.5.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.6. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.6.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.7.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.7.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.8. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

8.11. Serão desclassificadas as propostas que:

- 8.11.1 contiverem vícios insanáveis;
 - 8.11.2 não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
 - 8.11.3 apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 8.11.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 8.11.5 apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.12. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.
- 8.13. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas **no Anexo III deste edital**.
- 8.14. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada.
- 8.15. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o estipulado no **Anexo III – Termo de Referência**
- 8.16. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.
- 8.17. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.18. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 8.18.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 8.18.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

- 8.19.** Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 8.20.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 8.21.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 8.22.** No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 8.23.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.24.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.24.1.** Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 8.24.2.** Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

- 8.24.3.** Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 8.24.4.** Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 8.25.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 8.25.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 8.25.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.26.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.27.** Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o estipulado no Anexo III – Termo de Referência
- 8.28.** Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final dos licitantes, de acordo com o estipulado no Anexo III – Termo de Referência
- 8.29.** Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 8.2 e 8.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.
- 8.30.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes,

procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 8.30.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 8.30.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
 - 8.30.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
 - 8.30.4.** No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.
 - 8.30.5.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 8.31.** Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 8.31.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
 - 8.31.1.1** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados

registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.31.1.2 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.31.1.3 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

8.31.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.31.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.31.2.2 empresas brasileiras;

8.31.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.31.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.32. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.33. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

8.33.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.33.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

- 8.34.** O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.35.** O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

9. DOS RECURSOS

- 9.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 9.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 9.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 9.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da

divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 9.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. RECURSO FINANCEIRO.

- 10.1.** A despesa decorrente desta licitação será atendida através da dotação orçamentária alocada ao SAAE, apontando-se para esse fim, no corrente exercício financeiro, conforme rubrica orçamentária nº **23.09.00 3.3.90.39.00 17 512 5005 2165 04 1100000**.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1.** Incurrerão em sanções os atos praticados pelos fornecedores e/ou pelo(s) contratado(s) durante todo o procedimento em epígrafe, e ainda, pelo inadimplemento de qualquer cláusula ou simples condição do edital, seus anexos ou pelo descumprimento parcial ou total do mesmo, conforme o artigo 155, da Lei de Licitações e descritas no presente instrumento convocatório.
- 11.2.** Comete infração administrativa o Contratado/Fornecedor que:
- I.** Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - II.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III.** Der causa à inexecução total do contrato;
 - IV.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - V.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - VI.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- VII.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3. Serão aplicadas ao contratado/fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos “II”, “III” e “IV” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos “V”, “VI”, “VII” e “VIII” do subitem acima, bem como nos incisos “II”, “III” e “IV”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV.** Multa:
 - A.** Moratória de 01 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - B.** Compensatória, para as infrações descritas nos incisos V a VIII do item 10.2., de 1 % a 10% do valor do Contrato.
 - C.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no inciso III do item 10.2., de 1 % a 10 % do valor do Contrato.
 - D.** Para infração descrita nos incisos II do item 10.2., a multa será de 1 % a 20 % do valor do Contrato.
 - E.** Para infrações descritas no inciso IV do item 10.2., a multa será de 1 % a 10 % do valor do Contrato.

F. Para a infração descrita no inciso I do item 10.2., a multa será de 1 % a 10 % do valor do Contrato.

11.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

11.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.4.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.5. A aplicação das sanções previstas neste instrumento convocatório não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a Autarquia.

11.6. Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.7. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 11.11. Os casos de extinção, se eventualmente ocorrerem, serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas circunstâncias em que a legislação assim prever.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacoes@saaesorocaba.sp.gov.br
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. A licitação será processada e julgada por **Comissão do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA**.
- 13.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 13.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;
- 13.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

13.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

13.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

13.3. As providências dos subitens 13.2.1 e 13.2.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

13.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste desta CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

13.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

13.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

13.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.8. As normas disciplinadoras desta CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026 serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

- 13.10.** Em caso de divergência entre disposições desta CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026 e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 13.11.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 13.12.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados, até 03 (três) dias úteis que anteceder a data fixada para abertura da sessão pública, através do e-mail: licitacao@saaesorocaba.sp.gov.br.
- 13.13.** A apresentação da proposta na presente CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026 será considerada como evidência de que o fornecedor:
- 13.13.1.** Examinou criteriosamente todos os termos e anexos do ato convocatório, que os comparou entre si e obteve da Administração informações sobre qualquer parte duvidosa, antes de apresentá-la.
 - 13.13.2.** Considerou que os elementos desta CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026 lhe permitem a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.
- 13.14.** A participação neste edital implica no conhecimento e submissão a todas as cláusulas (itens) e condições deste edital, bem como de todos os seus anexos

Sorocaba, 19 de junho de 2026.

GLAUCO ENRICO BERNARDES FOGAÇA
DIRETOR GERAL

ANEXO I**ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

LOTE 01			
Item	Qtde.	Unid.	Especificação do objeto
01	01	Serv.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, ESPECIALIZADA, PARA REALIZAR A ADEQUAÇÃO E REVISÃO DOS ATUAIS PLANOS DIRETORES DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE SOROCABA, COM O OBJETIVO DE POSSIBILITAR AO SAAE A CONTRATAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DOS RESPECTIVOS SISTEMAS, NESTA CIDADE, DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS NA LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS VIGENTES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – REVISÃO 01

INTRODUÇÃO

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi elaborado para atender às exigências da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Seu objetivo é descrever e justificar a necessidade de contratar uma empresa especializada para a elaboração da Revisão e Adequação dos Planos Diretores de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Sorocaba.

1. NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO (*Artigo 18, parágrafo § 1º, inciso I da Lei nº 14.133*)

A cidade de Sorocaba está em um estágio avançado no saneamento básico. Os índices atuais de cobertura de abastecimento de água, bem como os de coleta e tratamento de esgoto, atingem patamares próximos à universalização na área urbana. Esse cenário consolida o município como uma referência em infraestrutura sanitária, assegurando a conformidade com as metas nacionais de saúde pública e preservação ambiental.

Entretanto, o acesso ao saneamento básico em quantidade e qualidade adequada é um direito fundamental e condição essencial para a saúde pública, o desenvolvimento socioeconômico e a qualidade de vida da população.

A Lei Federal nº 11.445/2007 (Lei Nacional de Saneamento Básico), atualizada pela Lei nº 14.026/2020 (Novo Marco Legal do Saneamento), estabelece a obrigatoriedade da elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, dos quais os Planos Diretores de Abastecimento de Água (PDA) e Esgotamento Sanitário (PDE) são dois componentes essenciais.

No âmbito municipal, também é necessário compatibilizar os Planos Diretores de Água e Esgoto do SAAE com Plano Diretor de Desenvolvimento Físico Territorial de Sorocaba (Lei nº 13.123 de 10 de janeiro de 2025), conforme determina o inciso III do artigo nº 160 da respectiva lei.

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa subsidiar a decisão de contratar a elaboração da revisão dos PDA e PDE de do SAAE de Sorocaba.

Estes planos são fundamentais para orientar, de forma técnica e estratégica, as ações e investimentos necessários para garantir a universalização do saneamento básico, a

segurança hídrica, e a eficiência e a sustentabilidade dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em um horizonte de planejamento de longo prazo.

A desatualização dos respectivos Planos Diretores pode resultar em:

- Investimentos desarticulados e pouco eficientes;
- Dificuldade no acesso a financiamentos;
- Operação precária do sistema, com perdas elevadas e intermitência no fornecimento;
- Vulnerabilidade a crises hídricas e eventos climáticos extremos;
- Impactos negativos na saúde pública e no meio ambiente.

Se não houver planejamento, os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Sorocaba poderão enfrentar desafios, tais como:

- Insuficiência de oferta: dificuldade em atender à demanda atual e/ou futura, especialmente em períodos de estiagem ou picos de consumo;
- Vulnerabilidade dos mananciais: degradação de bacias hidrográficas, poluição e conflitos pelo uso da água;
- Infraestrutura defasada ou inadequada: redes antigas, subdimensionadas, com altos índices de vazamentos e perdas de água;
- Qualidade da água: necessidade de aprimoramento dos processos de tratamento;
- Ineficiência operacional e gerencial: falta de cadastro técnico atualizado, gestão de perdas incipiente, modelos de gestão e tarifários que não garantem a sustentabilidade econômico-financeira;
- Crescimento populacional e expansão urbana desordenada: aumento da demanda e necessidade de expansão do sistema para novas áreas;
- Impactos das mudanças climáticas: alterações nos regimes hídricos e aumento da frequência de eventos extremos (secas, inundações);
- Falta de planejamento integrado: ausência de uma visão de longo prazo para os setores.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL
(Artigo 18, parágrafo § 1º, inciso II da Lei nº 14.133)

Em que pese nesta data ainda não tenha sido divulgado o plano de contratações anuais desta Administração, há na Autarquia planilha desenvolvida onde consta a presente contratação.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO *(Artigo 18, parágrafo § 1º, inciso III da Lei nº 14.133)*

3.1 Objetivo Geral:

Estabelecer as diretrizes, metas, programas, projetos e ações para o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município, visando a universalização do acesso com qualidade, quantidade, regularidade e sustentabilidade socioeconômica e ambiental, em um horizonte de planejamento definido.

3.2 Objetivos Específicos:

- Realizar um diagnóstico completo e atualizado dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitários existentes (mananciais, captação, adução, tratamento de água, reservação, distribuição de água, coleta e afastamento de esgoto, tratamento de efluentes, e a gestão comercial e operacional);
- Avaliar a disponibilidade hídrica atual e futura dos mananciais, considerando cenários de mudanças climáticas;
- Projetar as demandas futuras de água e esgoto, considerando o crescimento populacional, desenvolvimento econômico e padrões de consumo;
- Identificar e avaliar alternativas técnicas, econômicas, sociais e ambientais para a expansão e melhoria dos sistemas existentes;
- Definir metas de curto, médio e longo prazo para indicadores de desempenho;

- Propor um plano de investimentos detalhado, com estimativas de custos, fontes de financiamento e cronograma de execução;
- Estabelecer diretrizes para a gestão operacional, comercial e institucional dos sistemas, incluindo programas de redução de perdas, eficiência energética e gestão de ativos;
- Integrar os Planos Diretores do SAAE com outros instrumentos de planejamento municipal e regional (Plano Diretor Urbano, Plano de Bacia Hidrográfica, Plano Municipal de Saneamento Básico).

3.3 Delimitação do escopo da revisão do PDA e do PDE

O PDA e o PDE do SAAE abrangerão:

- **Área Geográfica:** totalidade da área urbana e rural de Sorocaba;
- **Horizonte de Planejamento:** 25 anos, com revisões periódicas a cada 5 anos.

3.4 Componentes dos sistemas a serem analisados e planejados:

- Mananciais: (superficiais e subterrâneos): quantidade, qualidade, segurança hídrica;
- Sistemas de Captação;
- Sistemas de Adução (água bruta e tratada);
- Estações de Tratamento de Água (ETAs): capacidade, processos, eficiência;
- Sistemas de Reservação;
- Controle de Perdas de Água (reais e aparentes);
- Sistemas de coleta e afastamento de esgoto;
- Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs): capacidade, processos, eficiência;
- Qualidade da Água: monitoramento, controle;
- Aspectos Institucionais e Legais.

3.5 Metodologia para a elaboração dos Planos Diretores

A elaboração da revisão dos Planos Diretores seguirá, de forma geral, as seguintes etapas:

- FASE 01: Coleta de dados, serviços topográficos, análise de projetos e planos de desenvolvimento municipal existentes e estudo populacional: 60 dias;
- FASE 02: Estudo de vazões e avaliação das unidades existentes: 30 dias;
- **FASE 03: Formulação de alternativas e elaboração dos relatórios finais dos planos diretores dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário: 60 dias.**

3.6 Produtos e resultados esperados

- **Documento final dos planos diretores** contendo diagnóstico, prognóstico, alternativas, plano de ações e investimentos, programa de monitoramento, mapas temáticos, etc;
- **Relatórios técnicos parciais:** correspondentes a cada fase da elaboração;
- **Base de dados georreferenciada:** com informações dos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário;
- **Melhoria da tomada de decisão:** para investimentos e gestão do SAAE;
- **Aumento da segurança hídrica** para a população;
- **Redução de perdas e aumento da eficiência** operacional e energética;
- **Melhoria da qualidade dos serviços** de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- **Facilitação do acesso a recursos financeiros para o setor.**

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES (*Artigo 18, parágrafo § 1º, inciso IV da Lei nº 14.133*)

Neste item apresentamos a fundamentação técnica para a estimativa de quantitativos referente à contratação de consultoria especializada para a revisão dos Planos Diretores do SAAE.

A definição das horas técnicas e insumos foi estruturada para garantir a plena execução do objeto, respeitando a complexidade do território e o rigor legal do Estatuto da Cidade.

A estimativa de quantidades foi elaborada através de um levantamento das peças gráficas e especificações técnicas. Para garantir a precisão do orçamento e a viabilidade da execução, foram aplicados índices de consumo e produtividade que refletem a realidade do mercado e as particularidades do local de intervenção.

A determinação das quantidades necessárias para cada etapa do projeto baseou-se na análise da densidade demográfica, extensão territorial e diversidade socioeconômica do município. A carga horária e o volume de produtos foram calculados para assegurar a profundidade técnica dos diagnósticos.

A estimativa de quantidades (horas de consultoria e produção de mapas) foi realizada estritamente de acordo com os seguintes índices:

RECURSOS HUMANOS						
Profissional	Quantidade	Horas/dia	Dias/semana	Semanas/mês	Meses	Total de horas
Coordenador	1	4	5	4	5	400
Engenheiro civil pleno	1	8	5	4	5	800
Engenheiro civil júnior	1	8	5	4	5	800
Desenhista técnico	1	6	5	4	5	600
Auxiliar de escritório	1	4	5	4	5	400

RECURSOS MATERIAIS:

- Para a impressão em formato A4 (PB) estimamos 2.000 unidades, para a impressão em formato A4 (Colorido) estimamos 250 unidades, para a plotagem em formato A1 estimamos a quantidade de 280 unidades;
- Estimamos que o presente projeto deverá conter 04 volumes para o Plano Diretor de Abastecimento de Água e 04 volumes para o Plano Diretor de Esgotamento Sanitário, ambos entregues em 02 vias;
- Estimamos que 02 profissionais realizarão 01 visita mensal para tratar do projeto durante o período de 05 meses, totalizando 10 refeições;

- Para o cálculo do transporte com veículo leve estimamos que será realizada 01 visita mensal para tratar do projeto, durante o período de 05 meses, percorrendo cerca de 150 Km em cada trecho.

Assim, os quantitativos apresentados neste ETP não são meramente estimativos, mas sim o resultado da aplicação direta dos índices de complexidade municipal sobre as etapas obrigatórias de planejamento urbano, garantindo a exequibilidade da proposta e o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO (*Artigo 18, parágrafo § 1º, inciso V da Lei nº 14.133*)

Com o objetivo de fundamentar a estimativa de custos e a estratégia de contratação para a revisão dos Planos Diretores da autarquia, foi realizado um levantamento de mercado abrangente. Este procedimento visou assegurar que os valores de referência estejam alinhados com a realidade atual do setor de saneamento e engenharia consultiva.

O levantamento foi estruturado a partir das seguintes frentes de coleta de dados:

- **Consulta a Painéis de Preços Públicos:** Análise de licitações similares realizadas por outras autarquias e municípios de porte equivalente nos últimos 12 meses;
- **Análise de Tabelas de Referência:** Consulta a índices setoriais e tabelas de honorários de conselhos profissionais e órgãos de infraestrutura (como SINAPI e SABESP, quando aplicável).

A estimativa de preços e quantidades para esta contratação foi vinculada aos índices de complexidade do sistema de saneamento operado pelo SAAE, detalhados abaixo:

- **4 mananciais de captação de água para tratamento;**
- **3 estações de tratamento de água;**
- **46 centros de distribuição de água tratada;**
- **70 reservatórios de água;**
- **2.100 km de redes de distribuição de água;**
- **8 estações de tratamento de esgoto;**

- **50 estações elevatórias de esgoto;**
- **1.500 km de redes de coleta de esgoto.**

A partir dos dados coletados, observou-se uma variação de mercado que reflete diferentes metodologias de diagnóstico (uso de geoprocessamento avançado, modelagem hidráulica computacional, etc).

O valor médio obtido serviu de base para a fixação do valor máximo aceitável para o certame, garantindo a ampla competitividade sem comprometer a qualidade técnica indispensável aos Planos Diretores do SAAE.

O levantamento demonstra que a contratação é viável, que reflete as necessidades do SAAE e as práticas de mercado. Os quantitativos estipulados estão em consonância com os índices técnicos de infraestrutura apresentados no corpo deste estudo técnico.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Artigo 18, parágrafo § 1º, inciso VI da Lei nº 14.133)

O valor global estimado da contratação é de **R\$ 443.241,74 (Quatrocentos e quarenta e três mil, duzentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos).**

Os valores encontram-se detalhados na planilha orçamentária (ANEXO II).

Para composição do custo da contratação foram estimados os serviços e recursos necessários para a execução dos trabalhos de revisão e adequação dos Planos Diretores do SAAE. Os custos foram apurados por meio das tabelas oficiais do SINAPI, com indicação do código correspondente a cada preço unitário nas planilhas. Os preços unitários que não constam no SINAPI têm como referência o banco de preços da SABESP, que é uma referência histórica no setor de saneamento e reflete com coerência os preços praticados no mercado.

Considerando que as tabelas referenciais utilizadas na estimativa do custo da obra são elaboradas pela CEF e pela SABESP, as quais realizam pesquisas periódicas de mercado no país visando refletir a situação mercadológica do momento, entendemos que o uso destas tabelas permite, com boa margem de precisão, reproduzir os preços e custos praticados no mercado.

Sendo assim, em que pese a recomendação do TCE/SP de realizar pesquisa de mercado com, no mínimo, 03 (três) empresas do ramo, principalmente quando consideramos que na grande maioria das vezes os orçamentos de mercado resultam em valores superestimados pelas empresas, como podemos verificar em diversos

certames já realizados pela Autarquia, onde o resultado final apresenta grandes descontos em relação aos orçamentos apresentados por terceiros, entendemos, salvo melhor juízo, que a composição da planilha orçamentária com a utilização de preços referenciais permite à Administração obter um parâmetro razoável para avaliação das ofertas desconformes ou incompatíveis, bem como verificar se existem recursos orçamentários para o pagamento da despesa.

Quanto à referência das tabelas, seguem os valores do mês de Março/2026 para a tabela do SINAPI e Janeiro/2026 para a tabela da SABESP.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Artigo 18, parágrafo § 1º, inciso VII da Lei nº 14.133)

A revisão dos Planos Diretores de Água e Esgoto visa atualizar os diagnósticos e prognósticos do saneamento básico local, considerando o novo zoneamento urbano do município, o crescimento demográfico e as metas de universalização estabelecidas pelo **Novo Marco Legal do Saneamento (Lei 14.026/2020)**.

A revisão dos Planos Diretores deverá entregar:

A. Diagnóstico técnico atualizado

- Levantamento detalhado do estado de conservação de redes, bombas, reservatórios e ETEs e ETAs.
- Uso de softwares de simulação para identificar gargalos de pressão, vazão e pontos críticos de abastecimento.

B. Prognóstico e metas de universalização

- Estudo demográfico para os próximos 25 anos, segmentado por zonas de pressão e bacias.
- Cronograma físico-financeiro detalhando o quanto e quando investir para atingir 99% de cobertura de água e 90% de coleta e tratamento de esgoto.
- Estratégias para redução de perdas reais e aparentes, além de eficiência energética.

C. Integração com a gestão municipal

- **Compatibilização com o Plano Diretor Municipal e as leis de zoneamento.**

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO, OU NÃO, DA CONTRATAÇÃO (Artigo 18, parágrafo § 1º, inciso VIII da Lei nº 14.133)

A elaboração integrada dos Planos Diretores de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário é determinante para um planejamento que atenda aos princípios da eficiência, eficácia e sustentabilidade. O saneamento básico deve ser compreendido como um ciclo único: a água distribuída é a mesma que, após o uso, retorna ao sistema como efluente. Portanto, separar essas infraestruturas em planejamentos distintos compromete a visão holística necessária ao setor.

A divisão do objeto em itens ou lotes isolados não resultaria em ampliação real da competitividade, tampouco em ganhos econômicos. Ao contrário, a fragmentação acarretaria a perda de **economia de escala**, visto que os licitantes teriam custos fixos duplicados para mobilização de equipes multidisciplinares em itens distintos.

A não divisão se justifica pela necessidade de preservar a **integridade técnica** e a **responsabilidade única** sobre a execução. O parcelamento traria riscos à Administração, tais como:

- Conflitos entre traçados de redes de água e coletores de esgoto projetados por equipes diferentes;
- Descompasso cronológico entre a ampliação da oferta de água e a capacidade de tratamento de esgoto;
- Aumento expressivo do ônus de gerenciamento e fiscalização para o SAAE ao lidar com múltiplos contratos e interfaces.

Os argumentos fundamentais que sustentam a contratação unificada são:

- O dimensionamento do sistema de esgoto é diretamente dependente dos dados de consumo e projeções do sistema de água;
- Garantia de uma visão panorâmica e estratégica única para o município;
- Uniformidade metodológica e técnica na coleta de dados, modelagem hidráulica e diagnósticos socioeconômicos;

A complexidade destes serviços exige alta especialização. Dada a atual limitação do quadro de servidores para demandas de tamanha especificidade técnica, a contratação de uma única empresa especializada demonstra-se a solução mais vantajosa sob as perspectivas operacional e gerencial.

A centralização em uma única contratada permite a **perfeita integração da equipe de projeto**, assegurando a compatibilização imediata de todos os elementos dos estudos. Isso mitiga riscos de retrabalho, otimiza a comunicação entre projetistas e garante o cumprimento rigoroso do cronograma de universalização.

Conclui-se que o parcelamento da contratação é tecnicamente desaconselhável e economicamente ineficiente. A abordagem integrada é a única capaz de enfrentar os desafios do saneamento de forma coordenada e sustentável, garantindo o melhor aproveitamento dos recursos públicos e o foco na melhoria da qualidade de vida da população.

Recomenda-se, portanto, a **contratação unificada** dos instrumentos de planejamento.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS (Artigo 18, parágrafo § 1º, inciso IX da Lei nº 14.133)

Abaixo, descrevemos a estimativa de ganhos de eficiência, economicidade e aproveitamento de recursos decorrentes da opção pela contratação unificada em detrimento do parcelamento do objeto.

1. Economicidade e eficiência:

CUSTO	IMPACTO	RESULTADO ESPERADO
Custos de mobilização	Redução nos custos de deslocamento	Aproveitamento da mesma logística para o diagnóstico de água e esgoto
Economia de escala	Negociação de preço global	Redução do valor final por km de área mapeada
Custos de licitação	Realização de um único certame em vez de dois ou mais processos distintos	Menor gasto com publicações, editais e tempo processual
Mitigação de retrabalho	Projetos compatibilizados nativamente, evitando erros de interferência	Redução da necessidade de termos aditivos por falhas de trabalho

2. Melhor Aproveitamento de Recursos Humanos:

A contratação unificada permite uma gestão de capital humano muito mais estratégica por parte da Administração:

- Em vez de designar múltiplas comissões de fiscalização para contratos distintos, a Administração foca uma única equipa técnica na gestão de um contrato robusto. Isso liberta servidores para outras funções críticas.
- Facilita o diálogo entre os departamentos de engenharia de água e de esgoto da autarquia, uma vez que o interlocutor da contratada é o mesmo para ambos os sistemas.
- A equipe da contratada adquire conhecimento profundo sobre a realidade do município uma única vez, aplicando-o de forma transversal em todo o Plano Diretor.

3. Otimização de Recursos Materiais e Tecnológicos:

- Utilização de um único Sistema de Informação Geográfica evita a existência de bases de dados conflituosas ou duplicadas que exigiriam fusão posterior.
- Redução do volume de relatórios redundantes e repetições de capítulos introdutórios focando no conteúdo técnico específico.

4. Visão Estratégica e Social:

- **Conformidade com o Marco do Saneamento:** Garante que as metas de universalização (99% para água e 90% para esgoto até 2033) sejam traçadas de forma paralela, evitando que uma infraestrutura avance sem a devida contrapartida da outra.

Em conclusão, o modelo de contratação integrada assegura:

1. Melhor entrega técnica pelo menor custo global.
2. Responsabilidade civil e técnica concentrada em um único prestador.
3. **Cumprimento de cronograma sem as esperas por interfaces entre empresas diferentes.**

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO (Artigo 18, parágrafo § 1º, inciso X da Lei nº 14.133)

Com relação à gestão e fiscalização da execução contratual para a elaboração dos Planos Diretores do SAAE, informamos que **não será necessária a adoção de providências adicionais ou contratações de apoio externo.**

A Administração dispõe de servidores de carreira com experiência para o acompanhamento, monitoramento e validação dos produtos entregues pela contratada.

Assim, os recursos humanos da própria instituição são suficientes para garantir o cumprimento do objeto contratado. A gestão do contrato será realizada diretamente por servidores designados, dispensando investimentos em infraestrutura de apoio, treinamento específico ou consultorias de suporte à fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS (Artigo 18, parágrafo § 1º, inciso XI da Lei nº 14.133)

No presente caso, **não há necessidade de contratações adicionais.**

O SAAE dispõe de corpo técnico especializado, apto a fornecer os dados primários necessários e realizar a validação dos diagnósticos de forma independente, sem o auxílio de consultorias externas de apoio à fiscalização.

O escopo da contratação principal foi desenhado para ser entregue totalmente concluído. Todos os levantamentos, ensaios, modelagens hidráulicas e sistematização de dados estão inclusos nas obrigações da empresa a ser contratada, não restando vazios que exijam contratos acessórios.

A autarquia já possui os sistemas de informação, bases cartográficas e licenças de software necessárias para o fornecimento de subsídios à contratada, eliminando a necessidade de aquisição de novas ferramentas tecnológicas para a execução do plano.

A execução dos Planos Diretores não depende da conclusão de obras ou de outras aquisições em curso, sendo um processo autônomo de planejamento que servirá de base para novos investimentos.

Portanto, a presente licitação é suficiente para o alcance dos objetivos pretendidos, possuindo viabilidade técnica e operacional com os recursos humanos e materiais já disponíveis na autarquia.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (Artigo 18, parágrafo § 1º, inciso XII da Lei nº 14.133)

A contratação em tela possui natureza estritamente intelectual e técnica, consistindo na prestação de serviços de consultoria para a realização de diagnósticos, prognósticos e diretrizes estratégicas para o saneamento básico do município.

O escopo resume-se ao levantamento de dados, análises de escritório, vistorias técnicas e reuniões de planejamento. Não envolve a execução de obras ou qualquer intervenção física direta no meio ambiente.

As atividades não demandam o uso de recursos naturais ou insumos que gerem resíduos poluentes durante a sua confecção.

Por se tratar de um estudo de planejamento e não de um projeto de implementação imediata de obra com potencial degradador, a elaboração dos planos em si dispensa a necessidade de licenciamento ambiental.

Assim, a presente contratação é classificada como de impacto ambiental nulo em sua execução, sendo dispensáveis medidas mitigadoras ou compensatórias.

13. CONCLUSÃO (Artigo 18, parágrafo § 1º, inciso XIII da Lei nº 14.133)

A contratação de uma empresa especializada demonstra-se tecnicamente viável e necessária.

A elaboração da revisão dos Planos Diretores do SAAE exige competências multidisciplinares que extrapolam a capacidade operacional rotineira das equipes internas.

A utilização de experiência externa garante a aplicação de metodologias atualizadas essenciais para um diagnóstico preciso do sistema.

O investimento na contratação é justificado pelo custo-benefício a médio e longo prazo, pois Planos Diretores bem estruturados evitam gastos em obras desnecessárias ou subdimensionadas, identificam gargalos que impactam diretamente na eficiência do SAAE e são pré-requisitos para o acesso a recursos e financiamentos externos.

Diante dos elementos técnicos analisados concluímos que a contratação de empresa para a elaboração da revisão dos **Planos Diretores do SAAE é viável e recomendável.**

A contratação está em concordância com os objetivos estratégicos da autarquia e com as exigências da Lei Federal nº 14.026/2020 e da Lei Municipal nº 13.123, representando o caminho mais seguro e eficiente para garantir a segurança hídrica e a universalização do saneamento na região.

Márcio Santana Moscardo
CAU 000A307076

TERMO DE REFERÊNCIA

ADEQUAÇÃO E REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE SOROCABA

1 - OBJETIVO:

O presente Termo de Referência tem por finalidade fornecer as diretrizes mínimas para contratação de empresa de engenharia, especializada, para realizar a adequação e revisão dos atuais Planos Diretores dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Sorocaba, com o objetivo de possibilitar ao SAAE a contratação de projetos executivos para execução de obras de ampliação dos respectivos sistemas, nesta cidade, dentro dos padrões estabelecidos na Legislação e Normas Técnicas vigentes.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação encontra-se fundamentada no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, elaborado nos termos do artigo 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o qual demonstrou a necessidade do SAAE, bem como a viabilidade técnica, econômica e administrativa da solução proposta.

A contratação de uma empresa externa justifica-se pela natureza eminentemente técnica das atividades a serem desenvolvidas, bem como pela insuficiência de pessoal especializado no quadro atual da autarquia para suprir a elevada demanda de projetos simultâneos.

O Estudo Técnico Preliminar evidenciou que a contratação de uma empresa para realizar a revisão e a adequação dos atuais Planos Diretores dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Sorocaba é essencial para garantir a continuidade da elaboração de projetos estratégicos para o Município, assegurando a qualidade técnica e a eficiência na prestação dos serviços de saneamento.

O Estudo Técnico Preliminar também avaliou os **riscos inerentes à contratação do serviço** e prazos de execução. Concluiu-se que os riscos são **aceitáveis e gerenciáveis**, não comprometendo a viabilidade da contratação.

Verificou-se, ainda, a **estimativa de custos**, bem como a adequação do regime de execução, em conformidade com a legislação aplicável.

Diante do exposto, resta **devidamente justificada a contratação do serviço**, por se tratar de solução necessária, adequada e vantajosa para a Administração, estando

plenamente amparada nos elementos técnicos e conclusões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

3 - LOCAL:

Todo município de Sorocaba (SP) - área urbana e rural.

4 - JUSTIFICATIVAS:

- Fornecer elementos e justificativas para possibilitar ao SAAE tomadas de decisões com fundamentos técnicos comprovados e seguros;
- Compatibilizar os Planos Diretores de Água e Esgoto do SAAE com o Zoneamento e o Uso de Ocupação do Solo Urbano vigente na Prefeitura Municipal de Sorocaba;
- Compatibilizar os Planos Diretores de Água e Esgoto do SAAE com Plano Diretor de Desenvolvimento Físico Territorial de Sorocaba (Lei nº 13.123 de 10 de janeiro de 2025), conforme determina o inciso III do artigo nº 160 da respectiva lei;
- Atender ao aumento da demanda por sistemas públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em função do contínuo aumento do número de empreendimentos imobiliários que estão sendo implantados no município. Essa adequação dos planos diretores tem o objetivo de adequar os sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário à realidade atual de consumo e às evoluções populacionais de médio e longo prazo;
- Necessidade de possuir planos e projetos atualizados que caracterizem e quantifiquem as obras públicas que deverão ser realizadas para garantir, e manter, o acesso universal aos sistemas de saneamento do município, a fim de viabilizar a obtenção de recursos financeiros junto a órgãos governamentais, ou em outras esferas;
- Os novos vetores de crescimento da cidade, principalmente nas regiões do Éden, Brigadeiro Tobias, Jd. Carandá e a bacia do Rio Ipaneminha, exigem urgentemente adequações na macro distribuição de água potável e, principalmente, na coleta, transporte e tratamento de esgoto;
- Portanto, visando subsidiar futuras decisões da autarquia para a resolução definitiva de problemas relacionados aos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, propõe-se a realização desse estudo com o objetivo de obter elementos concretos para a realização de intervenções eficazes, sob os pontos de vista técnico e financeiro, no âmbito do saneamento básico do município.

5 - OBJETO A SER CONTRATADO:

Realizar a adequação e revisão dos atuais Planos Diretores dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Sorocaba, conforme estabelecido pela lei nº 13.123, com o objetivo possibilitar ao SAAE a contratação de projetos executivos para execução de obras de ampliação dos respectivos sistemas, dentro dos padrões estabelecidos na legislação atual e nas Normas Técnicas vigentes.

6 - PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO:

As atividades mínimas necessárias prevista pelo SAAE para a realização do trabalho:

Etapa “A” - Planejamento dos Trabalhos:

A partir da emissão da ordem de serviço deverá ser realizado o planejamento dos trabalhos a serem desenvolvidos e deverá ser elaborado um cronograma a ser apresentado para análise junto ao SAAE, o qual deverá conter todas as atividades necessárias para a realização dos estudos, seus prazos, data de início, data de término e suas inter-relações e, principalmente, a equipe técnica que participará dos trabalhos;

Etapa “B” - Coleta de Dados:

Deverão ser consultados todos os órgãos, ou concessionárias, que se relacionam com este trabalho, tais como:

- SAAE de Sorocaba;
- Prefeitura Municipal de Sorocaba (Lei Orgânica, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e outros dispositivos legais no âmbito municipal que tenha relação com abastecimento de água e esgotamento sanitário);
- CETESB;
- DAEE;
- Concessionárias de outros serviços (Rodovias, Ferrovias, Telecomunicação, Gás, etc);

Etapa “C” - Serviços Topográficos:

Em princípio, para este trabalho de estudo, não serão necessários levantamentos topográficos. Deverão ser aproveitados levantamentos topográficos anteriores e a base cartográfica municipal existente. Caso a empresa contratada julgue necessário realizar algum serviço do gênero o SAAE deverá ser previamente comunicado e para avaliação.

Etapa “D” - Análise de Projetos e Planos de Desenvolvimento Municipal Existente:

Esta atividade é de grande importância e a contratada solicitará à Prefeitura Municipal de Sorocaba e ao SAAE a relação de todos os projetos e planos que possam influir em tomadas de decisões, tais como:

- Loteamentos já implantados e desconsiderados no Plano Diretor anterior;
- Loteamentos em fase de implantação;
- Loteamentos em análise;
- Planos recentes da Secretaria Municipal de Planejamento;
- Planos das demais Secretarias Municipais;
- Projetos (todos) relacionados com os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Etapa “E” - Estudo Populacional:

O trabalho a ser desenvolvido deverá ser baseado na distribuição populacional indicada nos setores censitários do IBGE constantes do último recenseamento realizado. A evolução populacional deverá ser compatível com a realidade atual do município e também com os estudos demográficos adotados em outros planos municipais. Deverá ser apresentada a densidade demográfica por setor censitário e setor de interesse de cada sistema, de água e esgoto, tais como, os Centros de Distribuição de Água e Sub-Bacias de Esgotamento Sanitário, distribuída ao longo do horizonte de projeto. Como exigência do SAAE a compatibilidade espacial entre as divisas dos setores censitários e setores de interesse (Água/Esgoto) deverá estar em perfeita concordância. A partir destes dados deverá ser elaborado o estudo populacional prevendo evolução demográfica para, no mínimo, 30 anos.

Etapa “F” - Reunião com o SAAE:

Reunião com o objetivo de demonstrar os trabalhos executados e informar o andamento dos trabalhos preliminares.

Etapa “G” - Estudo de Vazões:

Sistema de Esgotamento Sanitário

Em decorrência direta da distribuição populacional o SAAE exigirá:

- Planilha com a evolução populacional geral e por sub-bacias de esgotamento sanitário;
- Planilha com a evolução anual das vazões (parciais e totais) para cada uma das sub-bacias de esgotamento sanitário;
- Planilha contendo o Cálculo da População das Zonas Homogêneas a partir dos Setores Censitários do IBGE e planilha contendo a Evolução Populacional e das Densidades de Projeto.
- Estudo de vazão dos corpos receptores dos efluentes tratados (Q7,10), nos pontos de lançamento para as ETEs propostas.

Sistema de Abastecimento de Água

Em decorrência direta da distribuição populacional o SAAE exigirá:

- Planilha com a evolução populacional geral e por setores de distribuição de água;
- Planilha com a evolução anual das vazões em cada setor de distribuição de água;
- Planilha contendo o Cálculo da População das Zonas Homogêneas a partir dos Setores Censitários do IBGE e planilha contendo a Evolução Populacional e das Densidades de Projeto.

Etapa “H” - Avaliação das Unidades Existentes:

O SAAE exigirá do executor do estudo um levantamento cadastral de cada unidade dos sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitários existentes onde, no mínimo, será solicitado:

Sistema de Esgotamento Sanitário

Plantas ou croquis cadastrais atualizados das unidades;

Caracterização resumida dos equipamentos;

Diagnóstico atual de cada unidade que compõe o Sistema de Esgotamento Sanitário do SAAE de Sorocaba:

- a) Rede coletora;
- b) Coletores tronco secundários;

- c) Coletores tronco principais;
- d) Interceptores;
- e) Estações elevatórias;
- f) Linhas de recalque;
- g) Travessias de córregos;
- h) Estações de tratamento de esgotos;
- i) Emissários finais.

Sistema de Abastecimento de Água

Plantas ou croquis cadastrais das unidades;

Caracterização resumida dos equipamentos hidromecânicos;

Diagnóstico atual de cada unidade que compõe o Sistema de Abastecimento de Água do SAAE de Sorocaba:

- Barragens de acumulação;
- Tomadas de água em barragens, ou superficiais;
- Adutoras de água bruta existentes;
- Caixas de areia;
- Estações elevatórias de água bruta;
- Estações de tratamento de água (com todas as subunidades);
- Estações elevatórias de água tratada;
- Subadutoras;
- Centros de reservação;
- Redes de distribuição de água.

Etapa “I” - Formulação de Alternativas:

Todas as alternativas técnicas, ou economicamente viáveis (para cada unidade componente dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) deverão ser elencadas, e descritas isoladamente, principalmente com relação às suas vantagens, desvantagens e custo. Sendo que algumas alternativas técnicas são fundamentais e não poderão deixar de serem atendidas, as quais listamos abaixo:

Plano Diretor de Bastecimento de Água

A adequação do Plano Diretor de Água deverá contemplar o estudo da futura interligação (parcial ou integral) dos Sistemas de Produção da ETA Éden, e da ETA Vitória Régia e ETA do Cerrado.

Prever e calcular hidraulicamente como serão feitos os fechamentos dos anéis entre os Centros de Distribuição (CDs) e de cada CD.

Verificar a relação pressão/vazão de todos os Centros de Distribuição.

Estimar os custos financeiros, em moeda nacional, das intervenções propostas pelo Plano Diretor.

Plano Diretor de Esgoto

A adequação do Plano Diretor de Esgoto deverá prever a adequação de todo o sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgoto de todas as Sub-bacias aos interceptores atuais e futuros.

Estudar criteriosamente os locais para as futuras ETES e as eventuais expansões/reformas das ETEs existentes.

Estimar os custos financeiros, em moeda nacional, das intervenções propostas pelo Plano Diretor.

Etapa “J” - Reunião com SAAE

Com todos os elementos já desenvolvidos até esta fase do trabalho, será realizada reunião com o corpo técnico do SAAE para a escolha das melhores alternativas.

Etapa “K” - Elaboração dos Relatórios Finais dos Planos Diretores dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:

Deverão ser compostos por volumes contendo textos e desenhos. O tipo de encadernação e apresentação será definido pelo SAAE na ocasião da última reunião. Todas as propostas que constem nos Planos Diretores deverão ser convenientemente

detalhadas em desenhos de modo a permitir elaboração de estudos complementares, ou projeto executivos.

Também deverão ser entregues os arquivos digitais que forem utilizados para realizar os estudos dos Planos Diretores, inclusive os arquivos utilizados para dimensionar e estimar vazões, pressões, etc, em extensões manuseáveis, que possam ser abertos em editores de textos e planilhas.

Acompanhamento Técnico de Eventual Audiência Pública;

A contratada tem o conhecimento que deverá acompanhar e assessorar o SAAE em eventual audiência pública, ou qualquer outra reunião que o SAAE julgue necessário, (por um período de até 120 dias), após entrega dos trabalhos. Caso seja necessário, deverá ser elaborado pela contratada material audiovisual para apresentação do estudo à comunidade, assim como dar suporte na apresentação dos trabalhos, esclarecendo dúvidas, ou efetuando as revisões que forem solicitadas pelo SAAE.

7 - NORMATIZAÇÃO

Os trabalhos deverão ser desenvolvidos em conformidade com as recomendações técnicas do SAAE, bem como deverão atender as normas da Associação brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial as NBRs 9.649, 12.211 e 12.267.

8 - EQUIPE TÉCNICA PRINCIPAL

Para o desenvolvimento dos trabalhos é requerido que a contratada disponibilize no mínimo, os profissionais com o seguinte perfil:

Coordenador: Engenheiro Civil, Ambiental ou de Saneamento, ou Arquiteto, com experiência na execução de estudos e ou planos de saneamento, ou planos diretores de água e esgoto sanitários.

Engenheiro Civil, Ambiental ou de Saneamento, ou Arquiteto: Com experiência no desenvolvimento de projetos de planos de sistemas completos de abastecimento de água ou de esgotos sanitários.

O SAAE analisará a equipe apresentada e eventualmente poderá solicitar a substituição de algum profissional.

9 - APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Todos os documentos deverão ser apresentados primeiramente em forma de minuta, para análise e observação dos técnicos do SAAE, as quais deverão ser consideradas pela empresa contratada na elaboração da versão definitiva;

A versão final deverá ser entregue em vias impressas e meios eletrônicos manuseáveis atualizados de acordo com as recomendações do SAAE;

Cada volume deverá apresentar uma síntese, de no máximo, 03 (três) páginas que permita uma visão geral do conteúdo do mesmo, além de um índice que facilite a localização dos assuntos tratados;

Na versão final dos Planos Diretores deverá constar:

Equipe técnica que elaborou o estudo; Nome, endereço, CNPJ e razão social da empresa vencedora do certame licitatório; Cópia da anotação de responsabilidade técnica (ART) do coordenador técnico do serviço e Referências bibliográficas.

10 - PRAZOS

O prazo previsto pelo SAAE para a elaboração da adequação dos Planos Diretores dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário será de 150 dias corridos, e será composto por três fases:

Fase 1: 60 dias corridos para a execução das atividades A a E;

Fase 2: 30 dias corridos para a execução das atividades F a H;

Fase 3: 60 dias corridos para a execução da atividade I a K.

ATIVIDADES	MÊS01	MÊS02	MÊS03	MÊS04	MÊS05
FASE 1 – Etapas "A" a "E"					
FASE 2 – Etapas "F" a "H"					
FASE 3 – Etapas "I" a "K"					

11 - ACOMANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PROJETO

A fim de exercer o acompanhamento e fiscalização dos serviços o SAAE designará uma Equipe de Fiscalização que atuará sob a responsabilidade de um Coordenador, sendo que lhe caberá estabelecer os procedimentos detalhados de fiscalização do contrato, conforme o presente Termo de Referência.

Fica assegurado ao SAAE o direito de acompanhar e fiscalizar os serviços prestados pela Contratada, para a obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos trabalhos.

A Equipe de Fiscalização terá plenos poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo como contrato.

Caberá à Equipe de Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual.

A Equipe de Fiscalização buscará auxiliar a Contratada onde for possível, no acesso às informações necessárias à execução dos trabalhos.

A ação ou omissão, total ou parcial, da Equipe de Fiscalização não eximirá a Contratada de integral responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

12 - SUBCONTRATAÇÃO

Alguns serviços considerados complementares, como por exemplo, a execução de levantamentos topográficos e execução de desenhos, podem ser subcontratados sem que haja prejuízo ao conjunto do objeto, visto que no mercado existem diversas empresas com especialidade nestes serviços, o que pode promover ampliação da competitividade, sem que haja prejuízo no produto final a ser ofertado pela contratada.

A subempreitada dos serviços não poderá ocorrer em sua totalidade. Será permitida a subcontratação parcial para serviços específicos, mantendo-se, no entanto, a responsabilidade integral e direta da contratada perante a Autarquia.

As subempreitadas deverão obter a anuência expressa do SAAE e as subcontratadas deverão comprovar sua idoneidade, bem como a regularidade fiscal e previdenciária, em conformidade com as exigências de habilitação previstas no edital.

Portanto, entendemos ser possível a subcontratação dos serviços citados até o limite de 25% do valor do contrato.

13 – MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Tendo em vista que este Termo de Referência versa sobre a contratação da elaboração de planos diretores, serviços de caráter eminentemente intelectual, uma vez que seus principais "produtos" não são objetos físicos, mas sim o conhecimento aplicado para a tomada de decisão governamental, cujo valor do serviço reside no rigor metodológico, na precisão do diagnóstico e na visão estratégica do consultor, elementos que transcendem o simples fornecimento de mão de obra braçal ou técnica comum, salvo melhor juízo, entendemos que a modalidade de licitação a ser adotada deve ser a Concorrência.

Diante do exposto, e em consonância com a complexidade técnica do objeto, justifica-se a adoção do critério de julgamento por Técnica e Preço, visto que os serviços

especializados pretendidos possuem caráter predominantemente intelectual e exigem elevado rigor metodológico na sua execução.

14 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Contratada deverá executar as atividades em conformidade com o descrito no presente Termo de Referência com os mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética;

- Considerar as decisões ou sugestões da equipe de fiscalização sempre que as mesmas contribuírem de maneira significativa na qualificação dos trabalhos e agilidade dos mesmos;

- Fornecer mão de obra profissional qualificada e habilitada e cumprir com as obrigações trabalhistas, devendo todos os profissionais de nível superior ter registro nos respectivos órgãos de classe;

- Suportar as despesas de execução dos trabalhos externos próprios, como locação de veículos, combustível, equipamentos eletrônicos e acessórios, e as despesas de deslocamento e diárias de pessoal contratado na execução das atividades externas próprias;

- Exercer rigoroso controle de qualidade sobre as informações apresentadas e atuar sempre dentro dos prazos estabelecidos;

- Toda a comunicação entre a futura Contratada e o SAAE deverá ser feita por escrito: as comunicações via telefone devem ser confirmadas, posteriormente, por escrito, e;

- A empresa contratada será responsável por informar, esclarecer, complementar, detalhar, projetar, revisar ou qualquer outro procedimento técnico necessário para a perfeita execução das obras e serviços quando da sua implantação sem custo para o SAAE, sendo que o não atendimento rápido e urgente a todo tipo de solicitação descrito anteriormente, ensejará em penalidades conforme a legislação vigente.

15 - ORÇAMENTO

Estimamos o valor de R\$ 420.821,40 (Quatrocentos e vinte mil, oitocentos e vinte e um reais e quarenta centavos), conforme planilha encartada no ANEXO II.

16. PRAZO DE VIGÊNCIA:

O prazo para a execução dos serviços será de 5 (cinco) meses e o prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses.

17 – PRORROGAÇÃO:

O contrato poderá ser prorrogado, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, quando ocorrerem fatos supervenientes, alheios à vontade da Contratada, que alterem as condições de execução do objeto, desde que haja concordância entre o SAAE e a Contratada.

18 - PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser executados e concluídos dentro do prazo de até 5 (cinco) meses, contados a partir da data da emissão da ordem de serviço expedida pelo SAAE e, após a assinatura do contrato pelas partes, sendo que o prazo de vigência do contrato será de 10 (dez) meses.

Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados pelo SAAE por medição.

As faturas / Nfs serão apresentadas acompanhadas do respectivo Boletim de Medição aprovado pela fiscalização.

A Contratada emitirá Nota Fiscal com valores devidamente discriminados, onde deverá ser atestada a execução dos serviços pelo setor competente do SAAE Sorocaba.

Após a entrega de cada projeto e aprovação da equipe de fiscalização o SAAE efetuará o pagamento segundo os percentuais abaixo:

- Entrega da “FASE 01”:

em até 60 dias da emissão da Ordem de Serviço – **20,00 % do valor total do contrato;**

- Entrega da “FASE 02”:

em até 90 dias da emissão do Ordem de Serviço – **20,00 % do valor total do contrato;**

- Entrega da “FASE 03”:

em até 150 dias da emissão do Ordem de Serviço – **60,00 % do valor total do contrato.**

19 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Trata-se de processo licitatório cujo critério de julgamento será **“técnica e preço”** e será considerada vencedora a licitante que, tendo atendido a todas as exigências deste Termo, obtiver a maior Nota Final (NF), classificando-se as demais proponentes na ordem decrescente de Nota Final.

Será considerada vencedora a proponente que alcançar a maior Nota Final (NF), obtida pela expressão:

$$NF = \frac{(NT \times T) + (NP \times P)}{T + P}$$

Onde:

NF = Nota Final

NT = Nota Técnica

T = Peso do critério técnico, no julgamento igual a 01 (um)

NP = Nota de Preço

P = Peso do critério de preço, no julgamento igual a 01 (um)

Caso haja empate na Nota Final (NF) entre dois ou mais licitantes, serão utilizados para fins de desempate, sucessivamente, os seguintes critérios:

1. Maior Nota Técnica (NT)

a) Maior Nota de Preço (NP)

- b) Em caso de empate em todos os quesitos, ocorrerá sorteio a ser realizado em data e local definido pela Comissão de Licitação, em sessão aberta ao público.

19.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E AVALIAÇÃO DA NOTA TÉCNICA (NT)

As Propostas Técnicas das licitantes declaradas habilitadas serão examinadas para determinar se as mesmas estão completas, e será atribuída uma Nota Técnica (NT) à proposta.

As empresas não habilitadas após análise dos documentos de “Habilitação” ficarão fora do certame e terão seus envelopes de “PROPOSTA TÉCNICA” e “PROPOSTA COMERCIAL” devolvidos devidamente lacrados tal como foram recebidos.

A Proposta Técnica de licitação deverá ser o conjunto de documentos e de informações apresentadas em uma única via, de maneira detalhada, com clareza, objetividade e coerência das informações e atendimento às especificações do Termo de Referência, constando, no mínimo, os itens descritos a seguir para fins de pontuação.

Para maior facilidade de avaliação das mesmas, sugere-se que seja elaborada com

máximo de 100 (cem) páginas (anverso da folha), no formato A4 (ABNT), tamanho de fonte compatível com Arial 12.

Eventuais desenhos e ilustrações, quando apresentados em páginas separadas dos textos, deverão estar no formato A4 ou A3 e serão computados como páginas.

A Nota Técnica (NT) será obtida mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$NT = NCP + NEE + NET$$

Onde:

NT = Nota Técnica (máximo 100 pontos)

NCP = Nota de Conhecimento do Problema e Plano de Trabalho (máximo de 20 pontos)

NEE = Nota de Experiência da Empresa (máximo 40 pontos)

NET = Nota de Experiência e Capacidade da Equipe Técnica (máximo 40 pontos)

Obs:

- *Serão desclassificadas as licitantes cuja proposta obtiver valor da Nota Técnica inferior a 60 pontos.*
- *Serão desclassificadas as licitantes cuja proposta obtiver nota 0 (zero) em qualquer um dos itens apresentados, ou em caso de não apresentação do mesmo.*
- Para o cálculo das pontuações, serão consideradas apenas duas casas decimais, desprezando-se as demais, sem quaisquer aproximações.

19.1.1. Nota de Conhecimento do Problema e Plano de Trabalho – NCP (máximo 20 pontos)

A empresa deverá demonstrar tecnicamente o conhecimento do problema e, plano de trabalho, com enfoque no TR, evidenciando cada fase que envolve a realização dos projetos, abordando os seguintes itens:

- a) Conhecimento do Problema: Conhecimento dos problemas e/ou dificuldades enfrentados pelos sistemas públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto que

impactam o município. Neste item, devem ser identificadas as principais deficiências observadas nos sistemas existentes, as quais podem comprometer a qualidade e a continuidade dos serviços prestados. Também deverão ser apresentadas soluções baseadas na experiência da empresa licitante em ações similares realizadas em outros municípios de porte semelhante a Sorocaba, que resultaram em melhorias efetivas nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário ora em análise (até 10 pontos).

- **Plano de Trabalho:** Deverá ser apresentada a metodologia de como serão realizadas cada uma das atividades a serem executadas, descrevendo os critérios a serem adotados para a realização dos estudos. Neste documento também deverá ser apresentada a estrutura física existente na empresa, bem como a equipe técnica com a sua respectiva qualificação que serão utilizadas para cada atividade descrita no Termo de Referência (até 10 pontos).

Critérios para Atribuição das Notas dos subitens 19.1.1 a) e 19.1.1 b)

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
Não Apresentado	Serão enquadrados nesta qualificação as propostas que não apresentarem descrição sobre os itens solicitados.	0 ponto
Apresentação Incompleta	Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais as empresas que apresentarem as proposições mínimas requeridas, mas não apresentarem proposições ou organização no sentido de propiciar um aperfeiçoamento perceptível de um conhecimento diferencial dos problemas que apontem para melhorias.	5 pontos
Apresentação Completa	Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais as empresas que apresentarem as informações e proposições além e acima das mínimas requeridas, mostrando um conhecimento profundo e abrangente de todos os assuntos relacionados com os trabalhos licitados.	10 pontos

A NCP – Nota de Conhecimento do Problema e Plano de Trabalho será o somatório das notas obtidas nos itens “19.1.1 a)” e “19.1.1 b)”.

19.1.2. Nota de Experiência da Empresa – NEE (máximo 40 pontos)

A avaliação da experiência da empresa se dará por meio da apresentação de Atestados Técnicos, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, necessariamente em nome do licitante, devidamente registrado(s) no órgão competente.

Para efeito de pontuação, para cada atestado apresentado e aceito, será atribuído o valor conforme tabela a seguir:

DESCRIÇÃO DOS ATESTADOS	NÚMERO MÁXIMO DE ATESTADOS	PONTOS POR ATESTADO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Atestado que demonstre a elaboração de Plano Diretor de Abastecimento de Água para município com menos de 200.000 habitantes	2	4	8
b) Atestado que demonstre a elaboração de Plano Diretor de Esgotamento Sanitário para município com menos de 200.000 habitantes	2	4	8
c) Atestado que demonstre a elaboração de Plano Diretor de Abastecimento de Água para município com mais de 200.000 habitantes	2	6	12
d) Atestado que demonstre a elaboração de Plano Diretor de Esgotamento Sanitário para município com mais de 200.000 habitantes	2	6	12
TOTAL			40

Obs.: Cada atestado apresentado será pontuado em apenas 1 (um) dos itens possíveis e deverá, no mínimo, conter:

- identificação da pessoa jurídica emitente;
- nome e cargo do signatário;
- endereço completo do emitente;
- período de vigência do contrato;
- objeto contratual;
- outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação das experiências referenciadas pela Comissão de Seleção e Julgamento.

Os atestados apresentados deverão ser relacionados e para cada um deles deverá haver a indicação para qual item de pontuação o mesmo será utilizado. Caso não seja feita a indicação citada, o atestado não será considerado para pontuação da empresa.

Não será(ão) pontuado(s) o(s) atestado(s) que comprove(m) experiência anterior apresentado(s) em fase habilitatória, a que diz respeito no item 9 do presente Termo de Referência, nos termos da Sumula nº 22 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

A NEE – Nota de Experiência da Empresa será o somatório das notas atribuídas aos atestados apresentados e validados, conforme tabela.

19.1.3. Nota de Experiência e Capacidade da Equipe Técnica – NET (máximo 40 pontos)

A avaliação da experiência e capacidade da equipe técnica se dará através da análise de 03 subitens (experiência do responsável técnico, tempo de formação do profissional e formação acadêmica do profissional), e calculada conforme a fórmula abaixo:

$$\text{NET} = \text{Nota 19.1.3a)} + \text{Nota 19.1.3b)} + \text{Nota 19.1.3c)}$$

- a. Experiência do Responsável Técnico (máximo 20 pontos): Será avaliada através da apresentação de Atestados técnicos fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no órgão competente e acompanhados das da(s) correspondente(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), em nome do profissional que for indicado como responsável técnico e coordenador da equipe técnica. Para efeito de pontuação, para cada atestado apresentado e aceito, será atribuído o valor conforme tabela a seguir:

DESCRIÇÃO DOS ATESTADOS	NÚMERO MÁXIMO DE ATESTADOS	PONTOS POR ATESTADO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Atestado que demonstre a elaboração de Plano Diretor de Abastecimento de Água para município com menos de 200.000 habitantes	1	4	8
b) Atestado que demonstre a elaboração de Plano Diretor de Esgotamento Sanitário para município com menos de 200.000 habitantes	1	4	5
c) Atestado que demonstre a elaboração de Plano Diretor de Abastecimento de Água para município com mais de 200.000 habitantes	1	6	4

d) Atestado que demonstre a elaboração de Plano Diretor de Esgotamento Sanitário para município com mais de 200.000 habitantes	1	6	3
TOTAL			20

Comprovação de que o profissional detentor dos atestados possui vínculo com a empresa licitante que deverá ser obrigatoriamente, comprovada através de documentação pertinente, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contrato de trabalho ou Contrato Social quando se tratar de Diretor ou Sócio da Licitante, bem como se profissional autônomo, através de contrato de prestação de serviços firmado entre as partes.

Obs.: Cada atestado apresentado será pontuado em apenas 1 (um) dos itens possíveis e deverá, no mínimo, conter:

- identificação da pessoa jurídica emitente;
- nome e cargo do signatário;
- endereço completo do emitente;
- período de vigência do contrato;
- objeto contratual;
- outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação das experiências referenciadas pela Comissão de Seleção e Julgamento.

Os atestados apresentados e suas respectivas CAT's deverão ser relacionados e para cada um deles deverá haver a indicação para qual item de pontuação o mesmo será utilizado. Caso não seja feita a indicação citada, o atestado não será considerado para pontuação da equipe técnica.

Não será(ão) pontuado(s) o(s) atestado(s) que comprove(m) experiência anterior apresentado(s) em fase habilitatória, a que diz respeito no item 9 do presente Termo de Referência, nos termos da Sumula nº 22 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

- a) Tempo de Formação do Profissional (máximo 10 pontos): Será atribuída nota em função do tempo de formado do profissional que for indicado como responsável técnico e coordenador da equipe técnica, mediante apresentação do certificado/diploma de conclusão do curso de graduação, conforme tabela a seguir:

TEMPO DE FORMAÇÃO (ANOS)	NOTA MÁXIMA
Maior ou igual a 15	10
Maior ou igual a 10 até 15	8
Maior ou igual a 05 até 10	7
Menos de 5	5

- b) Formação Acadêmica do Responsável Técnico (máximo 10 pontos): Será atribuída nota em função da formação acadêmica do profissional que for indicado como responsável técnico e coordenador da equipe técnica, mediante apresentação dos comprovantes de formação, conforme tabela a seguir:

FORMAÇÃO ACADÊMICA	PONTUAÇÃO
Graduação	5
Especialização	7
Mestrado	8
Doutorado	10

19.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E AVALIAÇÃO DA NOTA DE PREÇO (NP)

As Propostas Comerciais das licitantes classificadas tecnicamente serão examinadas para determinar se as mesmas estão completas, se houve erros de cálculos, se todos os documentos foram devidamente assinados e se todas as propostas estão de acordo com as exigências do edital.

A Nota de Preço (NP) será obtida mediante a divisão do menor preço proposto no certame licitatório pelo preço da proposta em análise, com a aplicação da seguinte fórmula:

$$NP = (MP / PP) \times 100$$

Onde:

NP: Nota de Preço;

MP = Menor preço proposto no certame licitatório;

PP = Preço proposto pela proponente.

A Comissão de Licitação, em conjunto com a Equipe de Apoio, poderá a seu exclusivo critério e a qualquer momento, solicitar de qualquer participante, esclarecimentos quanto aos documentos da Proposta Comercial, desde que inquestionavelmente não alterem os preços apresentados e não seja documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. O não atendimento ao estabelecido neste item, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas implicará a desclassificação da participante.

O preço deverá incluir todas e quaisquer despesas diretas e indiretas incluindo e não se limitando às despesas com pessoal, encargos, despesas de escritório, veículos, despesas com viagens, estadias, refeições, combustíveis, comunicações, seguros, impostos e taxas.

As propostas consideradas inexequíveis, conforme §4º do art. 59 da Lei n.º 14.133, desde que não tenham sua exequibilidade demonstrada conforme inciso IV do art. 59 da Lei n.º 14.133, serão desclassificadas, não sendo consideradas para a apuração da Nota de Preço (NP).

Para o cálculo das pontuações, serão consideradas apenas duas casas decimais, desprezando-se as demais, sem quaisquer aproximações.

Eventuais erros aritméticos poderão ser retificados posteriormente pela licitante vencedora desde que não importem em acréscimo do preço fixado da Proposta apresentada:

- Se houver discrepância entre o preço grafado em algarismo e por extenso, prevalecerão os valores descritos por extenso;
- Erros ou distorções em qualquer preço ou componente de preço que impliquem acréscimo do preço fixado na Proposta Comercial não serão considerados. Ocorrendo esta hipótese, a LICITANTE deverá honrar o preço fixado na Proposta Comercial, sob pena de desclassificação.

20 - VISITA TÉCNICA:

Não há exigência da realização de visita técnica prévia nos locais de prestação dos serviços.


21. UNIDADE FISCALIZADORA / AGENTE FISCALIZADOR:

A fiscalização, o acompanhamento e aprovação dos trabalhos será feita pelo

SAAE através do Diretoria de Engenharia, Empreendimentos e Projetos (DEEP), com o suporte da Diretoria Operacional de Água, da Diretoria Operacional de Esgoto e da Diretoria de Produção.

O responsável pelo estudo deverá prestar informações sobre seu trabalho a qualquer momento, necessárias a processos internos de controle e acompanhamento do SAAE.

Márcio Santana Moscardo
CAU 000A307076
RRT nº 8042345

<div> <div>  </div> <div> OBJETO: Contratação de empresa de engenharia, especializada, para realizar a adequação e revisão dos atuais Planos Diretores dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Sorocaba </div> </div>									
ANEXO II									
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – REVISÃO DE PLANOS DIRETORES									
ITEM	RECURSOS	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	REFERÊNCIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)	
1	Recursos humanos								
1.1		Coordenador	400,00	h	180,07	SINAPI 2708	180,07	72.028,00	
1.2		Engenheiro civil pleno	800,00	h	128,55	SINAPI 2707	128,55	102.840,00	
1.3		Engenheiro civil Júnior	800,00	h	126,37	SINAPI 2706	126,37	101.096,00	
1.4		Desenhista técnico (Cadista)	600,00	h	64,79	SINAPI 2358	64,79	38.874,00	
1.5		Auxiliar de escritório	400,00	h	32,88	SINAPI 2350	32,88	13.152,00	
TOTAL PARCIAL (1) (R\$)								327.990,00	
2	Recursos materiais								
2.1		Impressão A4 (monocromático)	2.000,00	unidade	0,25	SABESP 74000082	0,18	360,00	
2.2		Impressão A4 (color)	250,00	unidade	2,25	SABESP 74000083	1,62	405,00	
2.3		Plotagem sulfite colorido A1	280,00	unidade	13,25	SABESP 74000100	9,54	2.671,20	
2.4		Encadernação com espiral, com capa plástica, acima de 100 folhas	20,00	unidade	8,00	SABESP 74000105	5,76	115,20	
2.5		Refeição	10,00	unidade	55,00	SABESP 74000113	39,60	396,00	
2.6		Transporte em veículos do grupo hatch de 1.0 a 1.6	1.500,00	km	0,82	SABESP 74000574	0,59	885,60	
TOTAL PARCIAL (2) (R\$)								4.833,00	
TOTAL PARCIAL GERAL (R\$)								332.823,00	
BDI 26,44 %								87.998,40	
TOTAL GERAL (R\$)								420.821,40	
<div> <div> Obs.: Preços unitários foram extraídos do Banco de Preços SABESP – Setembro/2025 e SINAPI – Dezembro/2025 </div> <div> Considerando que nas tabelas referenciais da SABESP já está incluído um valor de BDI, para elaborar o presente orçamento foi excluído o valor referente a esse BDI do custo referencial da SABESP e aplicado o BDI adotado pelo SAAE de 26,44%. </div> </div>									
Responsável pelo orçamento:						Márcio Santana Moscardo CAU 000A307076 RRT nº 8042345			

ANEXO IV

MODELO DE CARTA PROPOSTA

Ao

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba.

EDITAL Nº /

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 05/2026 – Processo Administrativo nº 931/2025-SAAE

Oferecemos a esse Órgão os preços a seguir indicados, objetivando **contratação de empresa de engenharia, especializada, para realizar a adequação e revisão dos atuais Planos Diretores dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Sorocaba, com o objetivo de possibilitar ao SAAE a contratação de projetos executivos para execução de obras de ampliação dos respectivos sistemas**, de acordo com o disposto na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº / supra e ordenamentos legais cabíveis:

LOTE -					
Item	Qtde.	Unid.	Especificação do Objeto	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
...

O VALOR OFERTADO POR ESTA EMPRESA PARA A TOTALIDADE DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, OU SEJA, 00 (POR EXTENSO) DIAS/MESES É DE R\$ (.....).

Declaramos que o ofertado atende todas as especificações exigidas no edital e seus anexos, e que é de nosso conhecimento que não serão admitidos pedidos de desclassificação da proposta por enganos ou erros no preenchimento, salvo nos casos de inexecutabilidade.

Os preços apresentados contemplam todos os custos e despesas diretas e indiretas relacionadas com a integral execução do objeto, como impostos, taxas, tributos, seguro, encargos trabalhistas e previdenciários e outros que porventura possam ocorrer.

Anexamos os documentos solicitados no item 5.1.3, “d)”

Prazo de validade da proposta:

Dados da empresa:

Razão social:

CNPJ-MF:

Inscrição Estadual:

Endereço completo:

Telefone/e-mail:

Dados do responsável para assinatura do Contrato:

Nome completo:

RG nº:

CPF nº:

Cargo/função ocupada:

Telefone: ()

Endereço Completo:

E-mail Institucional:

E-mail Alternativo

Dados do preposto:

Nome completo:

RG nº:

CPF nº:

Cargo/função ocupada:

Telefone: ()

Endereço Completo:

E-mail Institucional:

E-mail Alternativo

..... (local e data).....

.....(assinatura, nome, cargo, RG do representante legal e carimbo da empresa).....

**Obs.: Este documento deverá ser preenchido em
papel timbrado da empresa.**

MINUTA

CONTRATO Nº /SLC/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE SOROCABA E A, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA, PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE CONTROLE E REDUÇÃO DE PERDAS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SOROCABA, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 931/2025– SAAE.....

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO** do município de Sorocaba, com sede à Avenida Comendador Camilo Júlio, 255 – Jardim Ibiti do Paço – Sorocaba/SP – CEP.: 18086-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 71.480.560.0001/39, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, senhor **GLAUCO ENRICO BERNARDES FOGAÇA**, portador da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº, doravante denominado simplesmente **SAAE**, e a, com sede à, nº - Bairro, na cidade de/..... – CEP.:, inscrita no CNPJ-MF sob o nº, representada neste ato, pelo seu(a), senhor(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº, doravante designada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 931/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente **Instrumento de Contrato**, decorrente da **Concorrência Eletrônica Nº 05/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a execução para o **SAAE de elaboração do Plano Diretor de Controle e Redução de Perdas no sistema de abastecimento de água do município de Sorocaba**, nas condições estabelecidas na **Concorrência Eletrônica Nº 05/2026** e seus anexos.

1.2. Objeto da contratação:

LOTE -						
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
...
Total Geral (R\$)					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Proposta do contratado;

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 202.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

1.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Os serviços não poderão ser subcontratados no seu todo, podendo, contudo para determinados serviços, aqueles considerados complementares, como por exemplo, a execução de levantamentos topográficos e execução de desenhos, **até o limite de 25% do contrato**, mantendo, porém, sua responsabilidade integral e direta perante a autarquia.

QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R\$..... (.....)**.

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais SABESP – janeiro/2026 e SINAPI – março/2026.

7.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice de Preços ao Consumidor – IPC/FIPE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3.1. Fica ressalvada a possibilidade de renúncia do direito ao reajuste a ser manifesta formalmente pela **CONTRATADA**, oportunidade em que

a mesma deverá dar total e plena quitação quanto aos valores inerentes ao reajuste renunciado, nada mais havendo a reclamar em juízo ou fora dele.

7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

OITAVA - OBRIGAÇÕES DO SAAE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do **SAAE**:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

8.1.5. Comunicar a **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação

e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.7. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar a Autoridade Responsável para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias corridos**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo **SAAE**, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.1.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.1.17. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) *"as built", elaborado pelo responsável por sua execução;*
- b) *comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;*
- c) *laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;*
- d) *carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e*
- e) *certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;*

8.1.18. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.1.19. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.1.20. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.21. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

9.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.9. Paralisar, por determinação do **SAAE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na **Concorrência Eletrônica Nº 05/2026**;

9.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **SAAE**;

9.1.16. Manter **PREPOSTO** aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.1.16.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.17. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.18. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.1.19. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.20. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.20.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

9.1.21. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

9.1.21.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

9.1.22. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

92, XIV)

DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART.

10.1 Pelo inadimplemento de qualquer cláusula ou simples condição do edital ou pelo descumprimento parcial ou total do mesmo, as partes ficarão sujeitas às sanções e consequências legais previstas em lei e no presente instrumento convocatório.

10.2 Comete infração administrativa o Contratado/Fornecedor que:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. dar causa à inexecução total do contrato;

IV. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

V. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

VI. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

VIII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.3 Serão aplicadas ao contratado/fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos “II”, “III” e “IV” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos “V”, “VI”, “VI” e “VIII” do subitem acima, bem como nos incisos “II”, “III”, “IV” e “V”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

a) Moratória de 01 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

b) Compensatória, para as infrações descritas nos incisos “V” a “VIII” do subitem acima, de 1 % a 10% do valor do Contrato.

c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no inciso “III” do subitem acima, de 1 % a 10 % do valor do Contrato.

d) Para infração descrita nos incisos “II” do subitem acima, a multa será de 1 % a 20 % do valor do Contrato.

e) Para infrações descritas no inciso “IV” do subitem acima, a multa será de 1 % a 10 % do valor do Contrato.

f) Para a infração descrita no inciso “I” do subitem acima, a multa será de 1 % a 10 % do valor do Contrato.

10.4 A aplicação das sanções previstas neste instrumento convocatório não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a Autarquia.

10.5 Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.6 Os casos de extinção, se eventualmente ocorrerem, serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas circunstâncias em que a legislação assim prever.

DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

11.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 Indenizações e multas.

11.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

DÉCIMA SEGUNDA – Dotação Orçamentária (art. 92, VIII)

13.1. A despesa decorrente deste compromisso será atendida através da dotação orçamentária alocadas ao **SAAE**, apontando-se para esse fim, no corrente exercício financeiro, conforme rubrica orçamentária nº **23.09.00 3.3.90.39.00 17 512 5005 2165 04 11000000**.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica

do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

DÉCIMA SEXTA – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

16.1. A **CONTRATADA**, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente instrumento contratual em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709/18, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta.

16.2. Para os fins do instrumento contratual deverão ser utilizados os conceitos estabelecidos no art. 5º da Lei nº 13.709/18.

16.3. Para execução do objeto contratual, a **CONTRATADA** poderá acessar ou tratar de um modo geral, ativos de informação contendo Dados Pessoais. Considerando-se que ambas as partes se comprometem em emvidar esforços para que os Dados Pessoais sejam tratados com segurança, dentro da necessidade, limite e adequação, a **CONTRATADA** por si, seus administradores, sócios, funcionários e terceiros, compromete-se a:

16.3.1. Estar em conformidade com a legislação sobre privacidade e proteção de dados vigente, em particular a Lei Federal n. 13.709/2018 (“LGPD”);

16.3.2. Possuir um programa de governança em privacidade e proteção de dados pessoais, bem adotar controles técnicos, administrativos e físicos para proteger quaisquer Dados Pessoais que a **CONTRATADA** possa ter acesso contra a perda, danos, alteração, destruição, uso não autorizado, ilícito ou inadequado, acesso ou divulgação e definir outras obrigações nos termos da legislação aplicável;

16.3.3. Instituir políticas e procedimentos que fomentem as boas práticas na organização, juntamente com orientações e constante comunicação sobre a segurança da informação.

16.3.4. Garantir a realização efetiva do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais.

16.3.5. Cumprir e fazer cumprir as suas políticas e normas de segurança da informação e proteção de dados pessoais internas adotadas pela **CONTRATADA**, aplicáveis ao objeto do instrumento contratual;

16.3.6. Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da **CONTRATANTE** e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à **CONTRATANTE**, que terá o direito de rescindir o instrumento contratual sem qualquer ônus, multa ou encargo.

16.3.7. Garantir aos titulares de dados ou outros agentes de tratamento de Dados Pessoais transparência acerca das condições do Tratamento dos dados realizado, bem como realizá-lo para finalidades legítimas, adequadas, necessárias, garantindo a deleção dos dados ao término do tratamento, conforme procedimento interno da **CONTRATADA**, ora denominado “Procedimento de Solicitação de Acesso de Dados”;

16.3.8. Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da **CONTRATANTE**.

16.3.9. Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da **CONTRATANTE** assinaram Acordo de Confidencialidade com a **CONTRATADA**, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à **CONTRATANTE**. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

16.3.10. Manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais, incluindo-se o compartilhamento desses Dados com a **CONTRATANTE** ou para eventuais terceiros;

16.3.11. Reter os Dados Pessoais somente pelo prazo necessário e enquanto forem necessários para alguma finalidade, propósito legítimo e justificado;

16.3.12. Possuir um plano de resposta a incidentes de segurança de informação e/ou dados pessoais por escrito e em operação, conforme

procedimento interno (“Procedimento de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação”)

16.3.13. Cooperar totalmente com a **CONTRATANTE** na investigação de eventuais incidentes envolvendo Dados Pessoais, inclusive mediante a prestação de contas acerca das medidas adotadas para prevenir e remediar o Incidente ocorrido, conforme procedimento interno;

16.3.14. Nomear e manter um Encarregado de Proteção de Dados Pessoais;

16.4. A subcontratação de terceiros que possa importar na delegação do tratamento de dados pessoais pela **CONTRATADA** ou o compartilhamento de dados pessoais e informações tratadas na execução do instrumento contratual por parte dos terceiros, fornecedores ou parceiros serão comunicados ao **CONTRATANTE**, nos casos que couber;

16.5. A **CONTRATADA**, salvo proibição legal, notificará a **CONTRATANTE** acerca do recebimento de quaisquer solicitações, reclamações ou consultas de um titular ou autoridade administrativa ou legal com relação aos dados pessoais tratados pela **CONTRATADA** relativos à execução deste instrumento contratual, inclusive solicitações de exclusão, acesso e/ou retificação e alegações de que o Tratamento viola direitos de um titular nos termos da legislação aplicável.

16.6. A **CONTRATADA** conforme procedimentos internos, ora denominado “Notificação de Violação de Dados Pessoais”, irá notificar a **CONTRATANTE** acerca de toda e qualquer suspeita ou violação de segurança de dados e, nesses casos, auxiliará e cooperará com relação a:

16.6.1. Qualquer investigação que a **CONTRATADA** possa requerer razoavelmente com relação à violação de segurança de dados;

16.6.2. Qualquer divulgação às partes afetadas com relação à violação de segurança de dados; e

16.6.3. Outras medidas corretivas que a **CONTRATADA** possa solicitar razoavelmente;

16.6.3.1. A **CONTRATADA** deverá notificar a **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

16.6.3.2. Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados.

16.6.3.3. Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da **CONTRATADA**.

16.6.3.4. Após uma eventual violação de segurança de dados, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE** seu plano e procedimentos internos, para mitigar os riscos e a probabilidade de uma recorrência da violação ocorrida.

16.7. A **CONTRATADA** obriga-se e garante que seus funcionários, administradores, terceiros e prepostos tratem confidencialmente todos os documentos, dados pessoais e informações que lhe forem fornecidos em virtude dos serviços ora contratados, abstendo-se de divulgá-las, utilizá-las ou reproduzi-las, integral ou parcialmente, para fins diversos do estipulado no presente instrumento contratual.

16.7.1. A presente obrigação também se estende aos documentos, dados e informações geradas e produzidas em razão deste instrumento contratual, tais como, mas não se limitando a informações, verbais ou por escrito, de negócio, financeiras, análises, laudos, etc.

16.7.2. A obrigação prevista no presente instrumento contratual perdurará durante a vigência do mesmo e por um prazo adicional de 5 (cinco) anos após o término de sua vigência, salvo caso a revelação seja necessária para o cumprimento de lei ou de determinação de autoridade governamental, judicial ou arbitral aplicável à Parte interessada na divulgação.

16.7.3. Para fins desta cláusula, não são consideradas informações confidenciais, as seguintes:

16.7.3.1. divulgação de dados por uma Parte a terceiros, desde que autorizada, por escrito, pela outra Parte;

16.7.3.2. aquelas que sejam, ou venham a ser, de conhecimento público, salvo em decorrência de descumprimento desta cláusula.

16.8. Em caso de descumprimento/violação das cláusulas de proteção de dados pessoais desse anexo, ou caso qualquer uma das partes venha a ser demandada judicial ou extrajudicialmente, em razão de tratamentos ilícitos, abusivos ou inadequados de dados pessoais conduzidos pela parte Contrária, inclusive em situações de incidentes de segurança, a parte inadimplente, desde que comprovada sua culpa exclusiva, estará obrigada a ressarcir todas e quaisquer despesas arbitradas em juízo ou por autoridade competente, custos (processuais ou administrativos), multas, indenizações, honorários advocatícios, periciais e/ou contábeis ou condenações a que a parte prejudicada for obrigada a despendar.

16.9. Na hipótese de descumprimento da presente cláusula pela **CONTRATADA**, o **SAAE**, mediante a comprovação da culpa exclusiva da **CONTRATADA**, poderá a seu critério, rescindir o instrumento contratual imediatamente, sem qualquer ônus ou aplicação de multa contratual.

16.10. Caso a **CONTRATADA** seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a **CONTRATANTE** para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

16.11. A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao **SAAE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

DÉCIMA OITAVA – VINCULAÇÃO AO EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº / .

18.1. O cumprimento do presente **Instrumento Contrato** está vinculado aos termos da **Concorrência Eletrônica Nº 05/2026**, seus anexos e à proposta da **CONTRATADA**, apresentada ao **Processo Administrativo nº 931/2025- SAAE**.

18.2. Fica a **CONTRATADA** obrigada a manter durante a vigência desta Contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas por ocasião do processo licitatório, devendo apresentar os documentos habilitatórios sempre que solicitados.

18.3. Na hipótese de aditamentos serão solicitados os documentos habilitatórios exigidos por ocasião do certame, conforme o item 09 do Edital.

DÉCIMA NOVA – Legislação aplicável.

19.1. O presente Contrato será regido pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 (SRP), e posteriores alterações, Decreto Municipal nº 29.033 de 21/03/2024, Lei Municipal

nº 9.449 de 22/12/2010, Decreto Municipal nº 19.533 de 29/09/2011, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar nº 147 de 07/08/2014, Ato Normativo SAAE Sorocaba nº 03/2024, Ato Normativo SAAE Sorocaba nº 05/2024, o Código Civil e Código de Defesa do Consumidor, sendo que as partes elegem o Foro de Sorocaba/SP para dirimir qualquer questão relativa ao contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estar assim justo e contratado, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma e na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo viram e assistiram, para fins e efeitos legais.

Sorocaba, de 2026.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA

Glauco Enrico Bernardes Fogaça - Diretor Geral

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA

Fiscalizador

CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____ 02. _____

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA
EMPRESA**

Decreto 4.358, de 05.09.2002

EMPREGADOR: PESSOA JURÍDICA

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026 – Processo Administrativo nº 931/2025 -
SAAE.**

....., inscrita no CNPJ nº, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a),
portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
..... DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei
Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de
outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(assinatura do responsável ou representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

**OBS.: Este documento deverá ser preenchido em
papel timbrado da empresa.**

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EGRESSOS
Lei Municipal nº 11.762/2018

Concorrência Eletrônica nº 05/2026 - Processo nº 981/2025 - SAAE.

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº DECLARA, ter conhecimento do Programa Municipal de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário, denominado Reintegração Pró Egresso Municipal, instituído pela Lei Municipal nº 11.762/2018 e para fins do disposto no artigo 1º, parágrafo único e seus incisos declara ainda que:

() contratará e manterá egressos das unidades do sistema prisional do Estado de São Paulo como mão de obra para execução do presente, no quantitativo de (.....) postos de trabalhos;

() que a admissão para a execução do presente objeto é facultativa considerando que a quantidade de postos de trabalho será no máximo 03 (três) postos;

() tenho dúvidas quanto ao quantitativo de vagas a serem disponibilizadas para a execução do presente objeto, nos termos estabelecidos pela Lei Municipal nº 11.762/2018 e, por essa razão, apresento os documentos, certidões e informações complementares que entendo necessários à verificação por essa Administração.

.....
(data)

.....
(assinatura do responsável ou representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

**OBS.: Este documento deverá ser preenchido em papel
timbrado da empresa.**

D E C L A R A Ç Ã O

1. Identificação do Dirigente:

Nome: _____ CPF: _____

Cargo: _____

Empresa: _____

Telefone: _____ e-mail: _____

2. Declaração:

DECLARO ter conhecimento das vedações constantes no artigo 73-A, da Lei Orgânica do Município, e no artigo 1º da Lei Municipal nº 10.128, de 30 de Maio de 2012, regulamentada pelo Decreto Municipal 20.786 de 25 de setembro de 2013 e alterado pelo Decreto Municipal nº 20.903 de 11 de dezembro de 2013, onde estabelecem as hipóteses impeditivas de contratação, e que:

() não incorro em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade previstas no referido artigo.

() incorro nas hipóteses de inelegibilidade previstas no referido artigo.

() tenho dúvidas se incorro ou não na(s) hipótese(s) de inelegibilidade prevista(s) no(s) inciso(s) _____ do referido artigo e, por essa razão, apresento os documentos, certidões e informações complementares que entendo necessários à verificação das hipóteses de inelegibilidade.

DECLARO, ainda, sob as penas da lei, em especial aquelas previstas na Lei Federal nº 7.115, de 29 de Agosto de 1983, e no artigo 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Sorocaba, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL

Nome – Cargo

RG

OBS.: Este documento deverá ser assinado quando da assinatura do contrato.

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): /SLC/2026

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada, para Elaboração do Plano Diretor de Controle e Redução de Perdas no sistema de abastecimento de Água do Município de Sorocaba

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

- a) acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Sorocaba, de de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: GLAUCO ENRICO BERNARDES FOGAÇA

Cargo: Diretor Geral

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: GLAUCO ENRICO BERNARDES FOGAÇA

Cargo: Diretor Geral

CPF:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: GLAUCO ENRICO BERNARDES FOGAÇA

Cargo: Diretor Geral

CPF:

Nome:

Cargo: DIRETOR DA ÁREA SOLICITANTE

CPF:

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: GLAUCO ENRICO BERNARDES FOGAÇA
Cargo: Diretor Geral
CPF:

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:
Cargo: FISCALIZADOR
CPF:

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:
Cargo: Diretor Administrativo e Financeiro
CPF:

Nome:
Cargo: Chefe do Departamento de Licitações e Compras
CPF:

Nome:
Cargo: Controlador Interno/Responsável pelo atendimento Tribunal de Contas TCE/SP
CPF:

OBS.: Este documento deverá ser assinado quando da assinatura da ATA de registro de preços/ e seus respectivos aditamentos.

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCESP

CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba.

CNPJ Nº: 71.480.560/0001-39

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº (DE ORIGEM): nº /SLC/2026.

DATA DA ASSINATURA: / /2026

VIGÊNCIA:

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia, especializada, para realizar a adequação e revisão dos atuais Planos Diretores dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Sorocaba, com o objetivo de possibilitar ao SAAE a contratação de projetos executivos para execução de obras de ampliação dos respectivos sistemas

VALOR (R\$): R\$ (.....).

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Sorocaba, de de 2026.

GLAUCO ENRICO BERNARDES FOGAÇA

Diretor Geral

glaucofogaca@saaesorocaba.sp.gov.br

fogaca.glauco@gmail.com

OBS.: Este documento deverá ser assinado quando da assinatura do contrato.

À

..... (nome da Contratada)

ORDEM DE SERVIÇO

Concorrência Eletrônica Nº 05/2026 – Processo Administrativo nº 931/2025 - SAAE.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia, especializada, para realizar a adequação e revisão dos atuais Planos Diretores dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Sorocaba, com o objetivo de possibilitar ao SAAE a contratação de projetos executivos para execução de obras de ampliação dos respectivos sistemas

Os serviços devem ser iniciados a partir do dia / /2026.

Os serviços deverão ser mobilizados e desmobilizados conforme determinações da Autarquia.

A vigência da contratação será de **12 (doze) meses** contados do dia / /2026, na forma da Lei nº 14.133/2021, bem como disposições da **Concorrência Eletrônica nº /**, incluindo seus anexos.

O regime de execução é o de _____.

O valor total da contratação é de R\$ _____ (por extenso).

Responsável da Empresa:

Telefone para contato:

Responsável do SAAE pela fiscalização:

Telefone para contato:

Sorocaba, de de 2026.

DEPARTAMENTO/SETOR

OBS.: Este documento deverá ser preenchido pelo SAAE, após a assinatura do contrato.

MÍDIA

Conteúdo da mídia:

1. ANEXO I – Planilha Orçamentária
2. ANEXO II – Folha Proposta

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(art. 63, inciso I, da Lei 14.133/21)

Concorrência Eletrônica nº 05/2026 - Processo nº 931/2025- SAAE.

....., inscrita no CNPJ nº, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a),
portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
..... DECLARA, para fins do disposto no inciso art. 63, inciso I, da Lei
14.133/21, que atende aos requisitos de habilitação, tendo a plena ciência e concordância
sobre a responsabilidade dos mesmos, podendo responder pela veracidade das informações
prestadas, na forma da lei.

(data)

.....
(assinatura do responsável ou representante legal)

**OBS.: Este documento deverá ser preenchido em papel
timbrado da empresa.**

ANEXO XIV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS

(arts. 63, inciso IV, 92, inciso XVII, 116 e 137, incisos IX, todos da Lei 14.133/21, bem como da Lei Municipal nº 12.859/2023)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026 - Processo nº 931/2025 - SAAE.

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº DECLARA, para fins do disposto no inciso art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/21, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(data)

.....
(assinatura do responsável ou representante legal)

OBS.: Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa.

ANEXO XV

**DECLARAÇÃO DE QUE A PROPOSTA APRESENTADA ABRANGE A INTEGRALIDADE
DOS CUSTOS ASSEGURADOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

(art. 63, § 1º, da Lei 14.133/21)

Concorrência Eletrônica Nº 05/2026 - Processo nº 931/2025 - SAAE.

....., inscrita no CNPJ nº, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a),
portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
..... DECLARA, para fins do disposto no inciso art. 63, § 1º, da Lei
14.133/21, que sua(s) proposta(s) econômica(s) compreende(m) a integralidade dos custos
para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis
trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de
ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da(s) proposta(s).

(data)

.....
(assinatura do responsável ou representante legal)

**OBS.: Este documento deverá ser preenchido em
papel timbrado da empresa.**

ANEXO XVI

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS
SERVIÇOS E RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA**

(art. 63, § 3º, da Lei 14.133/21)

Concorrência Eletrônica Nº 05/2026 - Processo nº 931/2025 - SAAE.

....., inscrita no CNPJ nº, por
intermédio de seu responsável técnico o(a) Sr.(a),
portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
..... DECLARA, para fins do disposto no inciso art. 63, § 3º, da Lei
14.133/21, que renuncia à Visita Técnica aos locais e as instalações para a prestação dos
serviços constantes do objeto do Edital, e o quadro técnico da empresa tomou conhecimento
das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos
os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial,
responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente
processo licitatório, em nome da empresa que represento.

(data)

.....
(assinatura do **RESPONSÁVEL TÉCNICO**)

**OBS.: Este documento deverá ser preenchido em papel
timbrado da empresa.**

ANEXO XVII

**DECLARAÇÃO DE PLENA SAÚDE FINANCEIRA E ATENDIMENTO AOS ÍNDICES
ECONÔMICOS PREVISTOS NO EDITAL**

(art. 69, § 1º, Lei 14.133/21)

Concorrência Eletrônica Nº 05/2026 - Processo nº 931/2025 - SAAE.

....., inscrita no CNPJ nº, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a),
portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
..... e seu PROFISSIONAL HABILITADO CONTÁBIL o(a) Sr.(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto
no inciso art. 69, § 1º, Lei 14.133/21, sob as penas da legislação aplicável, que dispõe de
capacidade para obter recursos financeiros suficientes ao devido cumprimento das
obrigações de aporte de recursos próprios e de terceiros, necessários à consecução do
objeto da Concessão. Declara, além disso, que (i) contratou ou tem capacidade de contratar
todos os seguros e garantias necessários à consecução do objeto da Concessão e (ii) dispõe
ou tem capacidade de obter os recursos para a integralização do capital social mínimo da
SPE, conforme exigido pelo seu estatuto social.

E ainda, ATESTA o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

(data)

.....
(assinatura do responsável ou representante legal)

.....
(assinatura do **PROFISSIONAL HABILITADO CONTÁBIL**)

**OBS.: Este documento deverá ser preenchido em papel
timbrado da empresa.**

ANEXO XVIII

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DO LIMITE LEGAL QUANTO A VALORES DENTRO DO ANO-CALENDÁRIO PARA ENQUADRAMENTO COMO M.E. OU E.P.P.

(art. 4º, § 2º, da Lei 14.133/21)

Concorrência Eletrônica nº 05/2026 - Processo nº 931/2025 - SAAE.

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº DECLARA, para fins do disposto no inciso art. 4º, § 2º, da Lei 14.133/21, que no presente ano-calendário de realização da licitação, nós na condição de ME ou EPP, ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como micro empresa ou empresa de pequeno porte, atestando ciência quanto a observância desse limite legal.

(data)

.....
(assinatura do responsável ou representante legal)

OBS.: Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa.